



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 2/2026-----

-----2ª Sessão Extraordinária de 2026 – Mandato 2025-2029-----

-----Reunião de 02 de fevereiro de 2026 -----

-----Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, em cumprimento da convocatória emanada nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Extraordinária, realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho, na freguesia e concelho de Portimão sob a Presidência do seu Presidente, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, coadjuvada por **Andreia Filipa Muchacho de Sousa**, e **José Júlio de Jesus Ferreira**, respetivamente Primeira e segundo Secretários da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Ana Sónia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Clemente Luís Bentes Camarinha	Partido Socialista
Ana Catarina Martins Sousa	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Partido Socialista
Cristiano Dâmaso Malha Gregório	Partido Socialista
Maria da Luz Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Francisco José Silva Santana Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
Ricardo José Jorge Sobral Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
João Pedro Mendes Baía Nunes Martins	CHEGA
Carlos Manuel Domingos Monteiro	CHEGA
Jorge Manuel da Silva Vicente	CHEGA
José Manuel da Costa Paiva	CHEGA
Maria da Conceição Godinho De Faria E Silva	CHEGA
Mário Alexandre Gouveia Marques	CHEGA
Dina Maria Almeida Duarte	CHEGA



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Raquel Gonçalves Bernardino	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Artur Jorge Moreira da Fonseca	Iniciativa Liberal
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	CDS - PP
Mónica Elisa Pitman Dias	CDS - PP
Lucinda Oliveira Caetano	Coligação "Unidos Por Portimão"

-----Não esteve presente, a seguinte Deputada Municipal: -----

<b>NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO</b>	<b>Força Política</b>
Ana Paula Lamy Marques	CHEGA

-----De acordo com o artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou pedido de justificação de falta, a Senhora Deputada Municipal do Partido Chega Ana Paula Lamy Marques, o qual se anexa a esta ata, dela fazendo parte, para a seguinte reunião: -----

2ª Sessão Extraordinária de 2026	Data: 02 de fevereiro de 2026
----------------------------------	-------------------------------

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
Iniciativa Liberal	Ana Sofia Schubeius Côrte – Real de Landerset	1 dia	02/02/2026	Artur Jorge Moreira da Fonseca

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente – Partido Socialista
Sandra Maria Duarte Pereira	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Jorge Manuel de Campos Inácio	Vereador - Partido Socialista
João Paulo da Silva Graça	Vereador – Partido CHEGA



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador – Partido CHEGA
Ester Maria Coutinho Albuquerque e Castro Coelho	Vereadora – Partido CHEGA
Ana Carla Estrela da Silva Neves Abreu	Vereadora – Partido Social Democrata
Maria Alexandra Martins Rodrigues Evangelista	Vereadora – Partido Social Democrata

-----Quando eram vinte e uma horas e dois minutos, constatada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, declarou aberta a **2ª Sessão Extraordinária de 2026**, muito boa noite a todas e a todos, cumprimento já o Senhor Presidente da Câmara, os senhores vereadores com e sem pelouro, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, estimado público que nos honra com a sua presença e também os funcionários de apoio que temos técnicos que fazem com que a reunião decorra dentro da normalidade.-----

-----Em seguida, começou por explicar que foi rececionada quatro inscrições, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos.**-----

-----Assim, começou por conceder o uso da palavra, à primeira cidadã inscrita, **Tânia Isabel de Figueiredo Quaresma**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite, Senhor Presidente e ilustres membros desta Assembleia. Venho hoje usar o direito da palavra para trazer de volta um assunto que não pode continuar em banho-maria. No passado dia dezasseis de dezembro. Enviei formalmente, via e-mail, um pedido de esclarecimento e dotação relativo ao número de auxiliares de educação nas escolas do nosso Concelho para o Senhor Presidente de Câmara, com conhecimento de todos os vereadores eleitos nesta Câmara. Até ao dia de hoje, o silêncio por parte da Câmara Municipal tem sido a única resposta. Este silêncio não é apenas um desrespeito ao papel fiscalizador que me compete enquanto membro da Assembleia de Freguesia de Portimão. É, acima de tudo, um desrespeito para com as famílias de Portimão. Todos concordamos nos nossos discursos de campanha que a educação é o alicerce de qualquer sociedade desenvolvida. No entanto, a educação não se faz apenas com manuais e professores. Faz-se com segurança, acompanhamento e dignidade. Sem o rácio adequado de assistentes operacionais, estamos a falhar na base. Como podemos projetar o futuro de Portimão se negligenciamos o quotidiano das nossas crianças? Hoje, paira sobre os pais encarregados de educação uma ansiedade constante. Não é aceitável que os pais deixem os seus filhos nas escolas com o receio de que não haja vigilância suficiente no Recreio, no refeitório ou no apoio às necessidades básicas. A falta de confiança no sistema de Ensino Público, é o primeiro passo para a degradação e coação social. A Câmara tem recorrido à colocação de auxiliares ao abrigo de programas de Ocupação de desemprego. POCs. Sejamos claros, isto não é uma solução, é um penso rápido numa ferida aberta. Os POCs são soluções temporárias. Não garantem a continuidade pedagógica e não permitem que as crianças criem laços de confiança com quem cuida. A precariedade destes programas apenas mascara a carência estrutural de quadros permanentes. Assistimos com preocupação à demora incompreensível na



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



abertura e conclusão de concursos de recrutamento. A burocracia não pode ser desculpa para a falta de pessoal. Enquanto os processos administrativos se arrastam, são as nossas escolas que ficam desprotegidas. Urge celeridade, planeamento e, acima de tudo, vontade política para fixar profissionais qualificados. Para terminar, gostaria de deixar um repto direto ao Senhor Presidente e ao Senhor Vereador com pelouro da Educação. Oíçam quem está no terreno. As associações de pais de Portimão conhecem as carências de cada escola como ninguém. Demonstrem a vossa disponibilidade para reunir com estes representantes. Não se governam as escolas a partir de gabinetes fechados, governam-se ouvindo as famílias. Espero que desta vez a resposta não venha sob a forma de silêncio, mas sim de uma forma concreta e detalhada, conforme o pedido efetuado dia dezasseis de dezembro. Obrigada.» -

-----De seguida, concedeu o uso da palavra, ao segundo cidadão inscrito, **Paulo Maio**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite a todos, público e deputados e a todos. Tenho aqui duas questões rápidas. Senhor Presidente da Câmara, está previsto no plano plurianual a reabilitação do auditório municipal? Se sim, para quando está prevista a sua conclusão? Esta pergunta, a primeira pergunta, a segunda pergunta é em relação aos dois mil e quinhentos lugares para estacionamento prometidos na campanha eleitoral. Mais uma vez estão previstos no plano plurianual? Serão construídos em que lugar? Se já há projeto? Serão à superfície ou em solo? E na pior perspetiva para quando está prevista a sua conclusão? Obrigado. Boa noite.» -----

-----De seguida, concedeu o uso da palavra, ao terceiro cidadão inscrito, **António Tinoco**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Muito boa noite a todos presentes, deputados, assistentes. Assistentes desculpem, ao Público aqui presente e ao Senhor Presidente da Câmara. O meu nome é António Tinoco. Dos muitos assuntos, que requerem especial atenção a todos os cidadãos aqui do nosso Concelho. Existem alguns temas que me, como ei-de dizer que me tocam profundamente e devo dizer, e por isso muito me honra em ter sido um dos fundadores do grupo de cidadãos, A última Janela Para o Mar. Portanto, acho que vocês vão, já sabem o que é que, o que me traz aqui, assim, Senhor Presidente, com todo o respeito, as minhas perguntas são duas simplesmente, porque constam no vosso, nos principais projetos que vocês apresentaram e é conhecimento de todos, de toda a Comunidade, da nossa Comunidade. Primeira questão no plano plurianual. Está prevista a criação da zona natural do João de Arens? Segunda questão. Para quando está prevista a conclusão do parque urbano do Barranco do Rodrigo? Muito obrigado.» -----

-----De seguida, concedeu o uso da palavra, à quarta cidadã inscrita, **Sónia Silvestre**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite. Eu, ao contrário, todos os cidadãos que planificaram vir cá hoje, eu venho de livre e espontânea vontade, porque há um problema, que há uma preocupação constante que é neste momento é a segurança desta cidade. Em termos de pessoas que entram na nossa cidade através das fronteiras que não há controlo, entram e há um grupo específico. Se vocês forem às Ocorrências de Portimão, há assaltos todos os dias. Todos os dias há vidros partidos, há carros vandalizados e há um grupo de pessoas e há sentinelas. Vocês prestarem atenção àquele parque de



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



estacionamento que está ali ao pé dos táxis, ao pé da Tapa Latina, este Tapa Latina em frente ao rio. Há sentinelas a controlar, ou seja, você chega com o seu carro, o seu Audi ou o seu Mercedes ou o seu Fiat, whatever e tem lá alguém via telefone a fazer comunicação com outras pessoas e eles param todos na zona ribeirinha. E se você for mais uma vez, todas as pessoas aqui presentes se forem consultar a página das Ocorrências de Portimão, verão que há assaltos até por esticção em qualquer zona da cidade. Preocupa-me porque eu sou cidadã desta cidade, nascida e criada em Portimão, e nunca vi um clima tão instável e tão perigoso como está neste momento. Há que tomar providências. Polícia na rua, vigilância, videovigilância em todo o lado. Não é só na Praia da Rocha, Praia da Rocha é a Praia do Rocha, uma rua e o resto? Portimão é mais que isso. Há que haver videovigilância, há que haver segurança nas ruas. Devolvam a segurança aos cidadãos, porque nós pagamos impostos, contribuições, IMIS e tudo e mais alguma coisa e merecemos nós, cidadãos desta cidade, poder sair à rua a qualquer hora do dia sem ser assaltados. É só isso. Muito obrigada. Boa noite.» -----

-----Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que iriam entrar no período da Ordem do dia o **Ponto 2-a)** - Discussão e Votação das Demonstrações Orçamentais e Financeiras Previsionais e das Grandes Opções do Plano do Município, para o quinquénio de 2026 a 2030, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 64/26**, declarando abertas as discussões para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, antes mesmo de iniciar o debate político em relação a este ponto, portanto que está em causa, é a primeira vez neste mandato que o orçamento vem à Assembleia Municipal para ser discutido e eventualmente aprovado. Eu digo eventualmente porque, e desculpar-me-ão todos aqueles que estão mais familiarizados com estas coisas, porque um dos pilares do nosso estado de direita democrático é a separação de poderes e, portanto, da mesma forma que um Presidente da República não pode mandar prender ninguém, da mesma forma que o senhor Primeiro-Ministro tem que ver o seu orçamento aprovado, da mesma forma dizia eu ao nível local a aprovação do orçamento em reunião de Câmara não implica necessariamente que ele esteja aprovado. Sempre que algum de nós certamente seria essa intenção, mas ainda que por missão não refere este aspeto, estaremos a contribuir objetivamente para uma desvalorização da Assembleia Municipal no seu todo e também uma desvalorização do papel dos senhores membros da Assembleia individualmente. Por isso, eu quero e permitir-me-ão que me dirija agora aos senhores membros da Assembleia em particular, quero dizer que poderão contar da minha parte com uma intransigente defesa da importância do órgão Assembleia Municipal e também do vosso direito a exercer o mandato que os portimonenses vos atribuíram e, portanto, era esta a mensagem que eu queria aqui transmitir, portanto é um voto de confiança num estado de direito democrático, um voto de confiança nas instituições e neste caso em particular um voto de confiança na Assembleia Municipal e em todas e todos os deputados municipais. Posto isto, vamos



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



entrar então no período de discussão política e eu dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara para fazer a sua primeira intervenção. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que quer cumprimentar o senhor Presidente e também dizer-lhe que da sua parte não houve qualquer notícia nem nota de imprensa pelo orçamento ter sido aprovado na reunião de Câmara, porque o órgão fiscalizador e o órgão que tem que aprovar é esta Assembleia e, portanto, vamos aguardar serenamente pelo orçamento na Assembleia que é o devido espaço e último passo também para aprovação ou não deste orçamento. -----

-----Dando nota aqui que foi um orçamento muito trabalhado desde que tomámos posse nestes noventa dias e porque quisemos também falar com todas as forças políticas, aliás é a nossa obrigação, é o nosso dever e foi isso que fizemos e que recebemos contributos também de todas as forças políticas aqui presentes, umas com um plano até para podermos trabalhar ao longo deste ano naquilo que pretendemos fazer e naquilo que queremos também todos para a cidade. Outros, com reuniões, com a reunião que tivemos de perguntas, perguntas e respostas que foram dadas na hora sempre com grande transparência, porque há uma coisa que sempre tenho pautado na minha vida pública é pela transparência que quero, porque este cargo é meu porque fui eleito pelo povo, mas tenho que dar contas a todos aqueles que me perguntam e têm também por isso o portal de transparência vai ser de enorme importância para este município. -----

-----Dando nota também que este é o primeiro orçamento deste novo executivo para 2026/2030, que não vamos querer, tudo aquilo que prometemos para este mandato não pode ser feito neste ano logo que acho que é isto que muitos se calhar pensavam que num ano faríamos tudo, não, as contas são o que são e é isto que queremos, continuar com as nossas contas com boas contas, não voltarmos a outros tempos do passado e também não vale a pena voltarmos a acenar o que foi pelo PS. O PS está cá, damos a cara, temos ido a eleições e temos sido eleitos pelo povo que é quem vota, sem criar ódios de estimação e é isto que vamos continuar sempre a fazê-lo. -----

-----O equilíbrio das nossas contas, e a nossa ambição para o município é isso que pretendemos fazer e é isto que vamos continuar a trabalhar com todos, mas com todos aqueles que de uma maneira responsável querem trabalhar com este executivo, porque acho que também devemos trabalhar com quem está na política para construir e não para destruir, lembrando também ainda o empréstimo que temos para pagar, mas lembrando que este é um orçamento virado para os portimonenses, para as pessoas. Ainda hoje das perguntas que tivemos aqui dos cidadãos e que já perguntei à minha chefe de divisão porque é que não respondeu, que da parte das escolas já entraram três auxiliares por mobilidade, são concursos mais rápidos. Depois, existiram duzentas inscrições e, portanto, os recursos humanos têm que fazer a seleção de toda a documentação que foi entregue de todos os candidatos e depois fazer as provas que é isto que vão fazer ainda este mês. -----



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Do auditório municipal também e já que vamos também para as obras, porque queremos muito a habitação, o nosso parque escolar que tem que ser todo reabilitado, conhecemos bem o nosso parque escolar, sabemos as carências que temos e as obras que temos que o fazer e o nosso auditório o projeto já foi entregue como disse aos senhores vereadores na reunião de Câmara e quero-me reunir com todos para tomarmos as decisões do que é que vamos fazer ao auditório. Por isso está inscrito para 28 e 29. ---

-----Temos bem definido na mobilidade também e nos parques de estacionamento que queremos fazê-los e por isso já estamos a trabalhar com uma equipa também, porque isto é prioritário e a cidade só se consegue desenvolver se os nossos cidadãos também não andarem sempre à procura de estacionamento e também temos que tirar os carros e cada vez estão mais abandonados na via pública. E isto é um trabalho que também temos que continuar a fazê-lo. -----

-----Do parque urbano do Barranco do Rodrigo vamos também fazer que é de extrema importância o projeto já este ano, para que depois de termos tudo orçamentado a obra possa vir já no próximo orçamento do próximo ano. -----

Temos também planeado a videovigilância e a videovigilância para muitos sítios de Portimão, estamos só a aguardar o parecer da PSP para podermos lançar concurso. A videovigilância hoje é uma arma importantíssima e a nível da PSP tenho tido várias reuniões, ainda hoje apanharam três pessoas que andavam a transgredir e a fazer mesmo isto que esta cidadã aqui falou e com a PSP temos feito um trabalho, porque queremos também muito fazer um acompanhamento dos nossos bairros, mas acima de tudo dar mais armas à PSP, dar mais ferramentas à PSP para eles poderem atuar e tudo aquilo que tem sido solicitado a este executivo temos acompanhado. No entanto, sabemos que as fronteiras não são com o município e também não podemos pôr fronteiras à porta do município, as pessoas entram, o nosso município tem esta faceta, mas acho que isto é por todo o Algarve. Aliás, das reuniões que tenho tido hoje, tenho tido ao longo destes noventa dias com os senhores presidentes de Câmara da AMAL, só os municípios mais pequenos é que não se queixam deste problema. Os municípios maiores todos se queixam da falta de policiamento, todos se queixam de furtos que existem e todos continuam-se a queixar e da parte do governo tem que haver um olhar para o Algarve de outra maneira. Não podemos olhar para o Algarve consoante os censos, temos que olhar para o Algarve com a população flutuante que também temos e muita gente no Algarve e não podemos depois com o reforço que foi feito no aeroporto tirar as gentes que andavam na rua para agora estarem no aeroporto e, portanto, vamos continuar a acompanhar esta situação e estou a falar nisto já no orçamento, porque trabalhando também com todas as forças políticas, metemos também já para a polícia municipal, apesar da Polícia Municipal não vai fazer o mesmo serviço que a Polícia de Segurança Pública faz. Aliás, eu peço muito o acompanhamento do corpo de intervenção da PSP, porque necessitamos de ter mais polícias no Algarve e já não é só no verão, isto já não é tão sazonal como era, precisamos de ter ao longo do ano elementos do corpo de intervenção e as cidades mais policiadas. Posto isto, senhor Presidente, vou ficar a aguardar pelas questões e muito obrigado então por esta oportunidade. -----



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Manuel da Silva Vicente**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que a sua intervenção insere-se no facto da segurança de pessoas e bens em Portimão. Apesar da narrativa que o senhor Presidente há pouco acabou de dizer, não está assim tão fácil a vida para os portimonenses, e eu gostava de ler aqui um documento que preparei há alguns dias que é para ver se não demoro muito tempo. -----

O executivo da Câmara Municipal de Portimão, por ação ou omissão, insiste que tudo está bem e confia totalmente no complexo de segurança disponibilizado aos cidadãos do concelho de Portimão, apoiando a sua narrativa oficial no serviço prestado pelas forças de segurança presentes no território e responsáveis pela segurança de pessoas e bens. PSP e GNR. A PSP em zona urbana, a GNR, área rural. -----

-----Ocorre que apesar de fácil, esta narrativa não é real, pelo simples facto de que as referidas forças de segurança deixaram há muito de ter capacidade para responder à maioria das solicitações da população e muito menos em tempo útil. Tal situação é reconhecida pelas mesmas polícias que de tanto exauridas de recursos humanos já não têm como demonstrar o contrário. Assim, surgiria a necessidade da autarquia através de todas as forças representativas, tanto no executivo, como na Assembleia Municipal, em uníssono no interesse dos cidadãos se levantarem e darem o passo em frente. Esta iniciativa seria tanto ou mais importante pela simples constatação que nada irá ser como dantes, porque o antigo chapéu de proteção dado pela administração central governo, já não protege nem o vai fazer num período de futuros vários anos. -----

-----Criminalidade real. Ninguém poderá quantificá-la. Só se pode extrapolar sob a verdadeira realidade. É comum entre as forças policiais admitir-se que as denúncias e os casos que chegam ao conhecimento representam apenas a ponta do iceberg um para dez. -----

-----Criminalidade denunciada. Cerca de quatro mil ocorrências neste ano que terminou, tipificadas como crimes resultantes da atividade normal da polícia e das denúncias efetuadas pelos cidadãos e turistas. São objetos de relatórios adequados e enviados ao Ministério Público. -----

-----Globalmente, entre ocorrências criminais e não criminais, a PSP da divisão policial de Portimão regista um número superior a doze mil ocorrências por ano. Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro. --

-----A operacionalidade das forças de segurança. Nos últimos anos, mais uma década, as polícias com as adaptações que foram fazendo para colmatar as dificuldades que têm vindo a acrescentar às já eram inerentes no pouco ou nenhum investimento de equipamentos e tecnologia têm vindo a retirar recursos humanos no policiamento de patrulhamento perdendo o contacto insubstituível com a população. Empresas e outros. Como resultado perderam alguma noção da realidade e consequentemente o controlo da rua. -----

-----Eficácia. A missão de segurança e proteção desde sempre foi espartilhada em diversos organismos de polícia mais ou menos com as mesmas competências, sobrepondo-se em muitos casos em território. Ora, se isto já era complicado de gerir, acresce a realidade da dinâmica de cada uma das forças policiais e o efeito cultural, levando às poucas ocasiões de falar e trocar a informação entre si em tempo útil. -----



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Vazio por colmatar. Ficou sempre presente a dura realidade, era necessária uma entidade que se focasse apenas nos problemas de segurança resultantes do *modus vivendi* dos portimonenses, uma polícia de cariz municipal que desse mais atenção à vida quotidiana das pessoas, empresas e turistas, que observasse em termos reais as necessidades de segurança que realmente interessam e que estivesse presente junto da população e que por via disso desenvolvesse programas virados para a prevenção e menos para a resolução dos mais variados desafios que não param de chegar. Se prevenimos, resolvemos. -----

-----A Polícia Municipal tem a vantagem de atuar em todo o território do concelho de forma uniforme. -

-----Estruturas de forças de segurança, PSP. A PSP é a responsável pela segurança de pessoas e bens na sede do concelho de Portimão. Contudo, desde algum tempo antes que não consegue garantir o patrulhamento efetivo da sua área de responsabilidade, e por último ficou sem capacidade para dar resposta em tempo útil às solicitações que lhe são dirigidas por muito graves que elas sejam. Os cidadãos queixam-se que ao solicitarem a comparência da polícia pelas mais diferentes razões e nas mais variadas localizações da cidade de Portimão só em raras exceções obtêm ajuda de que precisam em virtude da polícia ou nunca aparecer, ou simplesmente ninguém da divisão da PSP de Portimão e muitas vezes na sede do CD de Faro atender o telefone. Também quando atendem é vulgar responderem que não têm meios para dar resposta ao solicitado. É por todos facilmente constatável que não são visíveis agentes policiais na normal ação de patrulhamento nas ruas e praças de Portimão, zona de diversão turística da praia da Rocha, mercado municipal, centros comerciais, ou imediações das praias. -----

-----Atualmente, a PSP de Portimão apenas consegue colocar um carro de patrulha com uma tripulação de dois agentes por cada turno de oito horas de serviço. Há turnos de serviço que nem isso consegue, sendo necessário recorrer a outros serviços para assegurar agentes para conduzir um carro de patrulha. Se se der o caso da necessidade de ser preciso enviar reforço para os agentes do carro de patrulha de serviço em dificuldades, simplesmente não há, ou seja, a PSP não consegue sequer garantir a própria segurança física dos seus agentes destacados no terreno. A polícia que não consegue garantir a sua autodefesa de certeza que não poderá facultar ao comum dos cidadãos. -----

A cidade de Portimão tem cerca de cinquenta e dois mil habitantes e corrijam-me se eu estiver errado, para dois agentes, um rácio de vinte e seis mil para um. Na época alta de verão mais que duplica a população, enquanto o número de agentes policiais pouco ou nada se alteram. Como se já não bastasse, a cidade de Portimão tem vários bairros limítrofes considerados de complexidade elevada, onde a força policial territorial disponível não pode intervir apenas com dois agentes de serviço. Em ocasiões aqui da relação comercial é emergente, não sendo opção não atuar, é necessário o reforço da unidade especial de polícia sediada em Faro, sessenta quilómetros. Nestes bairros alguns municipais, residem franjas da população que demonstram grande hostilidade sempre que sentem a presença da polícia. Cresce o facto de ter armas ilegais de todo o tipo, nutrindo em relação às forças de segurança ódio e desprezo, apenas por representarem a ordem pública, único obstáculo ao seu estilo de vida. -----



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Fator de instabilidade, de segurança. Recorrem com frequência à violência grupal. Grupos de vários indivíduos que são responsáveis por incidentes de violência gratuita contra os cidadãos e forças de segurança. Não acatam as ordens e indicações para pôr termo à continuação dos atos criminosos que estão a cometer, optando por virar a sua ira contra os elementos das forças policiais, PSP e GNR, constituindo-se como sério fator de instabilidade nos bairros onde residem e fora deles, mas as ameaças à nossa segurança não findam com o já descrito. -----

-----Existem outros perigos possivelmente tão ou mais complexos e já instalados nos limites do concelho de Portimão, respeitando a sua oportunidade, algo que não pode ser negligenciado, mas isso fica para outra altura. -----

-----Perspetivas de futuro. Antes de melhorar, a situação vai piorar. Fonte, «PSP e divisão de Portimão», e fizeram questão que eu os citasse. -----

-----Do que se depreende do imediato, as forças policiais neste preciso momento já não têm capacidade para proteger as pessoas e bens do concelho de Portimão, que é a sua principal missão e razão da sua existência. Não se vislumbra no futuro próximo qualquer inversão. -----

-----Em 2027, próximo ano, prevê-se que se atinja o pico das dificuldades com a carência do pessoal da PSP, devido à passagem, à situação de reforma por limite de idade de cerca de quatro mil efetivos em todo o país. Se temos em conta que está a terminar uma formação de agentes policiais, cujo número ascende apenas a quatrocentos agentes, podemos ir tirar as nossas conclusões. Não vai existir reforço policial, vai haver sim redução de pessoal. -----

-----Guarda Nacional Republicana. Não se observa ou se conhece que esteja em melhor situação, tendo a sua área de responsabilidade a zona turística de Alvor. As queixas em relação ao policiamento são em tudo semelhantes às da sede de concelho. A polícia é a primeira e última linha de defesa que os cidadãos têm, não há mais ninguém a quem possam recorrer. Eu vou repetir, a polícia é a primeira e última linha de defesa que os cidadãos têm. Não há mais ninguém a quem possam recorrer. Estamos perante uma clara opção, ou partimos para o desenvolvimento de implementação de uma força policial do município que preenche o vazio deixado pela força territorial encarregada da proteção do nosso concelho, ou deixamos para outros a ocupação desse espaço e não deixam, eles são maus. A alternativa é clara, porque os custos de não agirmos serão muito elevados e mesmo incomportáveis. Não há economia sem segurança, particularmente o turismo. -----

-----A tranquilidade dos cidadãos para se dedicarem às suas atividades e sempre que estiverem a dormir e a descansar à noite nas suas casas, está exposta e vulnerável. -----

Os nossos concelhos vizinhos, enumero Lagos, Lagoa, Faro, Olhão tomaram a opção e bem de criar a Polícia Municipal. Todos eles têm um denominador comum, a mesma indústria que o concelho de Portimão, o turismo, a costa marítima, portos de mar, além de terem chegado à conclusão que a força de segurança responsável pelas suas áreas dos seus concelhos, PSP e GNR já não era capaz de assumir na plenitude a sua missão. A esta hora em que nos reunimos já foi aberto concurso para agentes da futura



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



polícia municipal de Albufeira. Deste modo, Portimão é o único concelho com alguma relevância populacional que insiste em ficar para trás no desenvolvimento da cidadania. Qual é a visão executiva da Câmara Municipal de Portimão? Será que todos os outros estão errados? -----

-----Portimão em termos de policiamento revela uma condição estrutural muito mais complexa que qualquer dos outros concelhos, desde logo pela existência da zona turística da praia da Rocha, o porto de mar, o bairro de grande complexidade e ainda a realização de grandes eventos durante parte do ano, os quais exigem grandes esforços de recursos humanos e equipamento só para garantir a segurança. Recursos que não existem no concelho de Portimão e que têm de vir posterior. Para além disso, existem os problemas do costume. Portimão atrai pessoas de todo o lado e algumas são claramente muito pouco recomendáveis. -----

-----Perceções. Os cidadãos de empréstimo turístico em Portimão estão entregues à sua sorte, não há polícia e vizinhos de rua a quem posa recorrer em caso de necessidade, ou simplesmente pela sua presença dissuadirem outros de cometerem crimes, nem do outro lado do telefone, não há ninguém. -----

-----Registo histórico. Recordo-me que no decorrer do ano da graça de 1985, a cidade de Lagos tinha dentro das suas portas uma milícia de cidadãos interventivos na luta contra a calamidade que foi criada para responder a um pico exclusivo de criminalidade com alguma gravidade. Os habitantes de Lagos sentiram a necessidade de se organizarem para defender as suas famílias e património. É de todo desaconselhado que deixemos chegar a situação a esse ponto, observando grupos de cidadãos organizados a percorrer as ruas em substituição da polícia a quem se exige ação imediata. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal de Portimão é por inerência a autoridade policial do concelho. É o principal interessado na existência da ordem, exercícios de liberdades individuais e respeito pela lei e demais regulamentos. Assim sendo, deve respeitar e implementar a deliberação tomada por unanimidade prevendo as medidas urgentes e necessárias no seguimento do já aprovado na reunião de Câmara de 19 de novembro passado, deliberação 954/25. Proposta do grupo de trabalho para a criação da futura estrutura da Polícia Municipal, implementada entre o mês de dezembro e trimestre de 26, é já para o mês que vem. Sugere-se que comece o quanto antes, pois tal procedimento leva o tempo já começa a escassear, é um procedimento longo, desde logo, porque dependemos de pareceres, remodelação e formação. A segurança de todos está em causa. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer ao senhor Presidente que percebe que para algumas forças políticas com assento na Assembleia seja desconfortável discutir o orçamento, se calhar, porque, enfim, é um tema e é um documento que suscita muitas divergências internas e, portanto, vai-se para ali fazer intervenções de doze minutos ou treze minutos sobre uma questão que há-de estar referida no orçamento também, mas que é uma questão sendo importante é uma questão no conjunto das opções de investimento do município é uma questão, ele diria que não será a mais importante, porque não é uma prioridade nem tem que ser uma prioridade de investimento do município



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e, portanto, ele percebe a tentação de algumas forças virem para ali explorar esta visão quase apocalíptica do que é que é a insegurança em Portimão, quase que apelando, enfim, houve ali uma tentação, mas depois houve ali um retrocesso quase que apelando à formação de milícias populares... enfim, eu não vou falar sobre milícias populares senão isso levar-nos-ia muito longe e, portanto, vou tentar falar sobre a questão do orçamento que é aquilo que nos traz aqui e é o ponto que estamos aqui a discutir, e eu sobre isso senhor Presidente tenho que lamentar que o senhor Presidente de Câmara aqui na intervenção que fez, além de responder ao público que acho que é importante, não tenha, enfim, explicado em três ou quatro palavras breves as opções que estão aqui nesta proposta e também percebo que o senhor tenha dito que não fizeram uma nota de imprensa, enfim, a vangloriar-se do orçamento ter sido aprovado na reunião de Câmara, pois pudera, quer dizer, não tem maioria na Assembleia, portanto a cautela aconselha alguma prudência, não é, porque vamos lá a ver o que é que vai aqui acontecer hoje. Sim, o senhor Presidente da Assembleia disse muito bem, é uma competência desta Assembleia aprovar os orçamentos, mas eu já aqui ando há alguns anos sei como é que era no passado, os senhores vinham para aqui, os senhores do PS vinham para aqui e davam como adquirido que o orçamento passava. Porquê? Porque tinham maioria, os tempos acabaram felizmente e, portanto, o senhor parece que já está a perceber que as coisas agora são um bocadinho diferentes e, portanto, é normal que não tenha feito a tal nota de imprensa, mas passando aqui à questão do orçamento. Senhor Presidente, a proposta de orçamento que nos trouxe aqui e que foi aprovada com os votos favoráveis do PS e creio que com o voto do Chega na Câmara, na reunião de Câmara se não me falha a memória, é uma visão minimalista daquilo que deviam ser as opções de investimento para o corrente ano, e é minimalista porque não dá nem prioriza, não dá importância nem prioriza aquilo que devia priorizar. Dou vários exemplos sem maçar aqui a assistência com números, até porque o tempo não é muito. Não prioriza devidamente os investimentos na área da habitação, na área da mobilidade urbana, na área da ação social como devia priorizar e, enfim, põe aqui o enfoque em termos de receita naquilo que nós já sabemos, já discutimos aqui há pouco menos de dois meses que é a questão dos impostos, do aumento dos impostos diretos, embora os senhores digam aqui logo no início que há uma redução substancial dos impostos, enfim, e nós já discutimos isso aqui, é manifestamente, enfim, eu não vou dizer que é falso, mas é uma visão manifestamente floreada da questão, porque reduzir zero vírgula um por cento o IMI, reduzir aqui creio que em um e meio por cento a variação no IRS, a participação variável no IRS é, enfim, são migalhas que se dão à população que anda há anos a pagar aqui impostos e taxas no máximo e fundamentalmente senhor Presidente aquilo que eu nesta primeira intervenção queria dizer mais, é que aquilo que passa deste documento é a falta de visão estratégica que um orçamento deve ter. Nós para este ano temos três ou quatro obras que estão, enfim, desejavelmente que estão aqui calendarizadas para serem feitas este ano que não são as mais importantes, mas depois investimentos estruturantes estou a falar só de obras municipais. Investimentos estruturantes diz-nos aqui o mapa e as GOP que estão previstas para 2027, para 2028 e sobretudo para 2029, pasme-se se tudo correr normalmente a ver vamos será ano de eleições autárquicas e, portanto,



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



este orçamento vai empurrando mais uma vez com a barriga para a frente, não dando prioridade àquilo que eram investimentos estruturantes na área, por exemplo, das vias de comunicação, na área da mobilidade volto a dizer e na área, por exemplo, da habitação para este ano já e para já numa primeira intervenção disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da Bancada da Iniciativa Liberal **Artur Jorge Moreira da Fonseca**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que eles tinham esperança que o orçamento hoje em discussão viesse devolver ao concelho o brilho perdido nas últimas décadas, mas infelizmente achamos que ainda não é desta. Já existiram orçamentos que vendiam sonhos, outros que transformaram sonhos em pesadelos e apesar de reconhecermos a preocupação com uma gestão equilibrada, mas esperávamos algum rasgo que trouxesse esperança de um futuro melhor. Também achamos que seria expetável que num documento com duzentas e sete páginas existisse um maior detalhe referente à despesa, nomeadamente o aumento de trinta por cento na aquisição de bens e serviços e que esta viesse acompanhada de métricas que permitissem a sua avaliação. Assim como está, torna o trabalho de fiscalização desta Assembleia muito mais complexo e mantém a opacidade sobre os processos de contratação e avaliação. -----

-----Notamos que falta também a este executivo a criatividade para reduzir a dependência da receita de mercados voláteis como o turismo e o imobiliário e acima de tudo a incapacidade de fomentar a diversificação económica ou atração de setores com valor acrescentado para o concelho. -----

-----O documento mostra também que o executivo está altamente dependente de fundos como o PRR para investir e questionamos ao executivo o que fará quando estes acabarem? Sem a independência no investimento e pendurados numa economia sazonal a estagnação afigura-se como o cenário mais provável para este mandato. Acrescem ainda uma redução de impostos simbólica, porque não é acompanhada de incentivos à fixação de pessoas e empresas e este documento mostra um investimento em habitação social e custos controlados, mas não há qualquer incentivo para que privados construam também. Pelo contrário, tenciona punir quem tiver um imóvel devoluto e a ausência de modernização administrativa mantém os prazos e as burocracias num licenciamento angustiantes. -----

-----A incongruência de se aumentar também o quadro de pessoal sem a preocupação com a modernização dos serviços não significa nem tempos de resposta mais curtos, nem uma maior qualidade de serviço prestada. Por ser um orçamento opaco e redutor numa liberdade económica e sem visão futura, nós não podemos em consciência viabilizar este documento. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da Coligação "Unidos por Portimão" **Lucinda Oliveira Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que está ali tal qual os seus colegas enquanto deputada municipal. Portanto, uma das nossas funções é de ser membro fiscalizador da governação autárquica. -----

-----O documento que hoje será aqui discutido e votado, o plano de orçamento plurianual POP e o plano plurianual de investimentos PPI é o mais importante do ciclo governativo de qualquer executivo.



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Numa atuação executiva séria, neste documento estaria materializado o programa eleitoral e definido ao pormenor os custos, os instrumentos operacionais e o cronograma de execução dos projetos deste ciclo governativo. No entanto, considerando o conteúdo deste POP PPI, alguns até poderiam dizer que o programa eleitoral do PS foi uma fraude, porque defraudou os seus eleitores ao indiciar a execução de projetos que em bom rigor provavelmente não serão executados. Afinal, em teoria a maioria dos portimonenses delegou nos eleitos do PS o poder para gerir o município com base no programa eleitoral apresentado. Programa esse com cerca de cem projetos dos quais poderíamos destacar vinte e quatro com relevância orçamental inseridos em diversas áreas com metas físicas importantes, por exemplo, entregar mil casas, reduzir em cinquenta por cento os tempos de resposta no licenciamento, mas não referia quanto custava nem como é que se iria pagar. Portanto, para aferir a sua materialização temos necessariamente de observar o que está realmente orçamentado e em que ato temporal, ou seja, verificar a prova de viabilidade impressa no próprio PPI. Para essa análise é necessário responder a três questões.

Primeira, os compromissos do programa eleitoral têm correspondência orçamental rastreável? -----

-----Segunda questão. O faseamento do investimento é compatível com prazos políticos até 2028/2029? -----

-----Terceira. Que riscos financeiros e de execução emergem de um orçamento pouco sólido? A metodologia utilizada foi a da rastreabilidade sem esquecer dos fatores exógenos que já foram aqui falados como a dívida ao FAM, como o saldo remanescente previsto no final de 2025 de cerca de setenta ponto cinco milhões de euros, o que obrigara ao município a pagar cerca de quatro milhões de euros por ano durante dezoito anos, sublinhando a necessidade de uma gestão rigorosa, responsável e sustentável.

-----O PPI 2026/2030 prevê um total de duzentos e sessenta e um milhões de euros de investimentos no horizonte 2026/2030, com um faseamento anual onde em 2030 estão previstos quarenta e nove milhões de euros. Isto significa que cerca de dezoito ponto sete por cento do investimento do PPI ocorre em 2030, ano que fica fora do mandato autárquico 2025/2029. Esta cauda em 2030 não é por si irregular, o plano é de 2026 a 2030, mas é politicamente e operacionalmente nefasta, uma vez que uma grande parte do que o programa eleitoral promete até 2028/2029 pode estar na prática orçamentada para depois do mandato. Neste contexto, o próprio PPI coloca o interesse partidário acima do interesse público.

-----Equipamentos fundamentais e/ou estruturantes são atirados para o fim do mandato como que a gerir o ciclo eleitoral. Apenas três exemplos, cemitério, campus universitário e portal da transparência municipal. Um executivo seriamente preocupado com a cidade colocaria esses investimentos como prioritários. É certo que os mortos não votam, mas convenhamos, o cemitério é algo verdadeiramente fundamental e necessário e a promessa já vem desde o tempo de Nuno Mergulhão. Em 2008 integrou o plano de urbanização da UP4 e até hoje estamos à espera. -----

O campus universitário é um exemplo de incompatibilidade potencial de escala em projetos muito ambiciosos com dotação que parece de arranques. Os trezentos e setenta e quatro milhões de euros



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



previstos para 2026/2030 é compatível com estudos e projetos, mas não com implantação de um campus, a menos que o grosso seja financiado por terceiros. -----

-----A criação de um portal da transparência municipal sem um background sério com um diagnóstico profundo, alteração do *arslow* dos processos, eventual alteração do software, reforço da equipa com a integração de mais funcionários também nos parece voltada ao fracasso, ou seja, há afetação de recursos financeiros pontuais sem pensar a globalidade do problema. Portanto, à partida dá um sinal de eficácia no mínimo duvidosa. De um modo geral este forte PPI conduz a um conjunto significativo de projetos que ou vão arrancar, mas que ficam dependentes de orçamentação pós ciclo eleitoral, ou pura e simplesmente nem sequer arrancam. -----

-----Constatou-se também um *backloading* substancial para 2030 em projetos que o programa eleitoral tratava como prioritários no mandato 2025/2029, criando riscos objetivos de execução tardia e desalinhamento temporal, como exemplo vamos citar dois. O novo cemitério. O peso da execução orçamental para 2029/2030 é de noventa e cinco por cento, ou seja, só em 2029 e 2030 é que o cemitério provavelmente seria executado. -----

-----O parque urbano Barranco do Rodrigo tem o seu peso de execução em noventa por cento em 2029/2030, ou seja, provavelmente não serão executados neste mandato. -----

-----Em síntese, verifica-se que há dinheiro para várias obras, mas não há provas documentais suficientes de que todas as promessas de governação e serviço público estão financeiramente desenhadas. Para além disso, existe um padrão relevante de investimento empurrado para o último ano do plano 2030 que enfraquece a promessa política até 2028/2029. Por isso, em nome da transparência, da devida prestação de contas, da boa gestão autárquica e do respeito aos nossos eleitores, a coligação "Unidos por Portimão" vota contra o próprio PPI pelas razões aqui referidas e iremos entregar declaração de voto. Obrigada. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, tenho que responder porque realmente não posso ficar calado nesta última intervenção. Então, a mim muito me espanta, porque o Bloco de Esquerda quando teve reunião connosco trouxe um documento escrito e em todas as alíneas nem falava do cemitério, portanto acho que... até estranhámos que não falasse do cemitério, mas todos os partidos que me falaram no cemitério e nas reuniões que tiveram connosco foi dito que o cemitério é uma prioridade nossa também, só que o plano que foi feito temos que colocar um dos proprietários em tribunal e, portanto, manda a prudência que não vamos canalizar verba desde já enquanto o processo não esteja concluído para podermos fazer face depois ao cemitério. Portanto, temos que aguardar, não está só nas nossas mãos. Todos os partidos que falaram do cemitério da reunião que tive comigo, foi-lhes respondido. O Bloco de Esquerda não falou nem trouxe nas alíneas que escreveu o cemitério. -----

-----Depois, o campus universitário. O campus universitário já tem sido aqui falado várias vezes. O campus universitário está no quadro comunitário 2030 e o resto é posto pela Universidade do Algarve.



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Não, este município vai ter que fazer as infraestruturas, é o que tem que fazer e que está também no plano que estamos a desenvolver e depois do Barranco do Rodrigo. -----

-----Depois, temos aqui, mas independentemente, acho que quando não se quer ouvir, portanto, não vale a pena depois se calhar até termos reuniões, porque na realidade já temos se calhar a nossa opção formulada e aquilo que queremos fazer, mas estamos cá calmos e serenos para tudo aquilo que prometermos é o que quero fazer, e quando falam em 2030, nós quanto mais depressa quiséssemos fazer as obras, quem me conhece sabe que era isto que pretendia, sei o que Portimão precisa, sei o que Portimão merece, agora sem projetos não vamos conseguir fazer obras e, portanto, manda a prudência, mas também quando aprovarmos o orçamento do próximo ano se conseguirmos ter mais projetos já executados, depois vamos novamente avaliar e vamos novamente trazer para cima desta reunião as opções que queremos fazer, mas o nosso compromisso é com os portimonenses e é isto que vamos querer fazê-lo. -----

-----Quando se fala da segurança, disse logo na minha primeira intervenção e acho engraçado quando me dizem que o senhor Presidente diz que tudo está bem. O senhor Presidente tem sido o primeiro a escrever e-mails para a Direção Nacional da PSP, tem sido o primeiro a ter várias reuniões com a PSP e assim como superintendente que está em Faro para manifestar o desagrado em relação à segurança e em relação à PSP de Portimão, porque isto é de há muitos anos, não é de agora. Cada vez que alguma coisa era assaltada as pessoas levam horas à espera, porque há muitos anos a PSP não consegue responder e quanto mais a cidade aumenta em população, pior fica e, portanto, é isto que vou continuar a trabalhar e não se resolve com a Polícia Municipal como fala. Ainda hoje tivemos a receber vários contributos de outras câmaras que têm a Polícia Municipal, não é com um quadro da Polícia Municipal a pagar aos seus agentes novecentos e tal euros que vamos conseguir ter polícias municipais no quadro, mas mesmo assim com as reuniões que tivemos com as forças políticas já metemos no orçamento deste ano para iniciarmos a constituição da Polícia Municipal, assim como vamos também depois trazer novo organograma também já a constituição da Polícia Municipal, mas a Polícia Municipal não vai resolver tudo aquilo que precisamos, tudo aquilo que as cidades precisam e não é só a nossa a nível nacional e por isso é que eu dei o exemplo do aeroporto. -----

Acabar com outras forças policiais para pôr o aeroporto tirou agentes da rua e, portanto, isto é a nível nacional, tem que ser resolvido. -----

-----Depois, várias obras que quando falaram que não são estruturantes, eu recorro que algumas obras já estão no terreno, outras os concursos já estão lançados, assim como o da habitação, senhor deputado e estou-me a referir para o senhor deputado João Caetano, o concurso da habitação felizmente existiram concorrentes e espero que muito em breve o processo estejam os documentos todos entregues para ir para tribunal de contas para a habitação ser uma realidade, mas os concursos já vinham do ano anterior, já vinham do mandato anterior e é isto que queremos fazê-lo. A V2 o concurso já está lançado, a casa Manuel Teixeira Gomes o concurso já está lançado, portanto é isto o trabalho que temos feito e vamos



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



continuí-lo a fazer, cumprindo-se com aquilo que nos comprometemos com os portimonenses. Tenho dito, senhor Presidente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Carlos Manuel Domingos Monteiro**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer ao senhor Presidente que nunca um cliché fez tanto sentido como agora. Este orçamento é uma mão cheia de nada. Um role de promessas antigas que nunca viram concretização, uma descida encapotada de impostos que não terá impacto algum no orçamento das famílias e das empresas. -----

-----A carga fiscal continua em níveis máximos, se comparados com concelhos vizinhos, perdendo por isso competitividade e afastando pessoas e empresas do concelho que preferem IRS e IRC muito mais vantajosos fiscalmente. Sim, senhor Presidente, enquanto a cidade definha, outros concelhos têm taxas de crescimento muito superiores a nós. -----

-----Senhor Presidente, de nada serve o executivo PS dizer que baixou décimas na taxa de imposto se este continua em níveis historicamente altos, mantendo taxas máximas há vários anos e comparado com cidades vizinhas do distrito. Apesar disso, Portimão continuará a ocupar o décimo quinto lugar com a carga fiscal mais alta em trezentos e oito concelhos, eu repito, décimo quinto lugar com os impostos mais altos em trezentas e oito cidades. A prioridade é o pagamento da dívida, melhorar a vida das pessoas tornou-se secundário, como se constata, aliás, pelos objetivos traçados no Fundo de Apoio Municipal. ----

-----O Chega tal como se viu na reunião com o senhor Presidente, pretendia um orçamento voltado para as pessoas e para o tecido empresarial, como forma de alavancar não só o estabelecimento de famílias na cidade, como trazer investimento para o concelho. Torna-se por isso praticamente impossível satisfazer essas vontades com este nível de carga fiscal. -----

-----Quanto ao investimento, não me irei alongar quanto às parcas ou nenhuma referências no investimento que este orçamento tem no seu conteúdo. Este orçamento é omissivo quanto ao investimento efetivamente real no concelho. Nele constam promessas com décadas de infrutífera realização, promessas plasmadas em orçamentos ano após ano e que teimam em ver a luz ao fundo do túnel, no fundo, a sua efetiva realização. -----

-----Áreas primordiais como a saúde, habitação, mobilidade, educação e segurança continuam ignoradas. Como é que se pretende dedicar verbas a estas áreas se Portimão continua a ser a capital de diversão? Escolas que esperam há décadas obras de reabilitação crescente que são consecutivamente adiadas "Ad aeternum". As prioridades estão obviamente adulteradas. Não existe visão estratégica, nem planeamento futuro, apenas medidas com cheiro a mofo que insistem em pavonear-se em orçamentos atrás de orçamentos. -----

-----Os nossos filhos pagarão fatura, Portimão é a capital dos projetos, executá-los é outra conversa. Para nós outra posição que não seja o chumbo deste orçamento não faz sentido, senhor Presidente, não por uma questão meramente ideológica, mas porque nele não constam propostas que em nosso ver melhorem substancialmente a vida dos cidadãos e das empresas. Nenhuma das medidas que julgamos



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



obrigatórias e necessárias para melhorar a cidade foi inserida neste orçamento, daí e uma palavra aqui para a oposição também, uma oposição à nossa esquerda que se arroga de pensar nos interesses dos portimonenses, mas que olha de soslaio para que o poder tem para oferecer. Uma oposição que ao mínimo piscar de olhos não hesita em sentar-se nas cadeiras que o poder lhes entrega de bandeja dourada, tal como um presente envenenado. Esta oposição, respeito à nossa esquerda, tem uma convergência ideológica cada vez maior que o poder, não pode merecer a confiança dos cidadãos como se viu e como se verá nas próximas eleições. Nós faremos o possível para não deixar cair isso no esquecimento e destas amígdalas de circunstância. -----

-----Senhor Presidente, não queria deixar passar a ocasião para marcar também a posição do partido relativamente ao voto dos senhores vereadores do nosso Partido Chega que votaram a favor e se abstiveram na votação do orçamento em apreço. Sendo o voto destes senhores vereadores uma declaração naturalmente responsável e consciente da sua vontade e que traduz necessariamente um apoio explícito e implícito a este executivo, o voto destes dois vereadores consubstancia por si só a posição individual de cada um, estando obviamente em rutura com a nossa oposição oficial. -----

-----Por razões que a razão desconhece, mas porventura um dia talvez se venha a conhecer, este voto de aprovação e de abstenção dos senhores vereadores vincula unicamente, repito, unicamente um vereador que tomou essa posição. Os mais de sete mil eleitores que confiaram o seu voto em nós não esperam mais do que coloquemos em prática a defesa do que está no nosso programa eleitoral e não o programa de outro qualquer partido. Devemos respeitar *tout court* a sua vontade e confiança. -----

----- A forte convicção dos senhores vereadores do Partido Chega que acreditam em si, confiam que consigo senhor Presidente o país está ao virar da esquina. Garanto-lhe, senhor Presidente, esta posição não colhe apoios no seio do nosso partido. Entre nós não aceitamos que os senhores vereadores lhe deem o benefício da dúvida e que confiam em si para nos liderar na busca da terra prometida. -----

Para nós Partido Chega, a travessia no deserto ainda agora começou. Esta travessia no deserto que é senhor Presidente reerguer Portimão após décadas de descalabro económico, sacrifícios, provações é uma tarefa de igual exigência, tal como os quarenta anos que levaram os judeus a atravessar o deserto do Sinai em busca de Israel, terra prometida, mas honestamente senhor Presidente o senhor Presidente não é Moisés. -----

-----Para terminar, senhor Presidente, o Chega não lhe dá o benefício da dúvida nem terá o seu voto de confiança, nem passará cheques em branco e porque estamos legitimados pelos nossos eleitores para o fazer, o nosso voto é claramente no sentido de chumbar o respetivo orçamento pelas razões acima descritas. Muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que a tentação é grande, mas não vai alinhar ali em piadas e trocadilhos bíblicos, porque isso levá-los-ia muito longe, mas ia ali cingir-se àquilo que está ali em discussão mais uma vez. O



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



senhor Presidente, na resposta que deu aqui às questões que algumas forças colocaram aqui, parece-me que, enfim, baralhou-se um bocadinho. -----

-----A questão do cemitério, senhor Presidente. O senhor disse se eu percebi bem, que a Câmara teria que pôr, ou terá que pôr ações em tribunal contra os proprietários, contra um, mas parece que foi ao contrário. Foi um proprietário, o senhor Armando França, ou uma empresa do senhor Armando França e eu estou a citar o nome dele, porque ele não faz segredo disso, que intentou uma ação que está em tribunal contra a Câmara. Sim, sim, ó senhor Presidente, se quiser, eu por acaso tenho o número da ação apontado noutra sítio, por acaso não trouxe esse bloco, enfim, só se já teve uma decisão e, aliás, foi por isso, o senhor vereador na altura João Gambôa explicou isso aqui uma vez de uma forma assim um bocadinho envergonhada e depois tive que corrigi-lo, foi por isso que os senhores não avançaram com o projeto do cemitério porque têm receio de perder a ação. O senhor Armando França, através da empresa dele, ficou insatisfeito com a perequação, o resultado da perequação e mandou o município numa ação no tribunal administrativo e fiscal de Loulé. É por isso que não avançou o cemitério. O senhor disse aqui que a Câmara vai processar os proprietários, deve haver aqui alguma confusão da sua parte. -----

-----Depois, Polícia Municipal. Eu parece-me que há aqui também uma grande confusão em várias cabeças sobre qual é a natureza e a função da Polícia Municipal. A Polícia Municipal não substitui a PSP nem a GNR, portanto não vai exercer funções de segurança pública. Quando se fala em Polícia Municipal para, enfim, uma plena saia para resolver os problemas da insegurança, ou se está aqui a analisar mal esses problemas da insegurança ou então não se conhece minimamente o que é que é a Polícia Municipal, e depois há aqui uma questão que eu já tinha aqui apontada na sua primeira intervenção que me preocupa também. Eu não sei se foi essa a intenção, mas foi isso que eu deduzi da sua primeira intervenção. Pareceu-me que o senhor fez aí uma associação ainda que de uma forma um bocadinho temerária entre aumento de criminalidade e imigração, eu pelo menos pareceu-me isso, senhor Presidente, peço desculpa se percebi mal. Houve outras pessoas que o fizeram aqui e eu fiquei preocupado que eventualmente também viesse daí a mesma associação. Ora, essa associação está por demonstrar, ou seja, está manifestamente por demonstrar que o aumento da criminalidade resulte diretamente, ou melhor, até indiretamente do aumento da imigração e, portanto, quando se abana aqui a bandeira, os imigrantes que entraram desalmadamente porque não havia controle de fronteiras, essa entrada implicou o aumento exponencial da criminalidade, isto é, enfim, como em muitas outras coisas são afirmações completamente infundáveis, que só servem para agitar sentimentos de ódio, de xenofobia contra os imigrantes. Portanto, é preciso cuidado com a forma como dizemos estas coisas e como analisamos estes fenómenos, que é para depois não cairmos aqui em discursos extremistas que estão um bocadinho em voga, mas que são perigosos. Portanto, haja aqui alguma cautela em relação a isso. -----

-----Depois, habitação. O senhor falou, respondendo àquilo que eu questionei na primeira intervenção sobre a questão da habitação, página oitenta e nove, senhor Presidente. Há um decréscimo de vinte e cinco para vinte e seis de trinta por cento no investimento para habitação. O senhor vai-me dizer, bom,



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mas já investimos em 2025. Pois é, só que o investimento foi feito em 2025 e corrija-me se eu estiver a dizer mal, não surtiu os efeitos desejados no auxílio para dar habitação aos portimonenses que necessitam, nomeadamente a classe média e média baixa e, portanto, ó o senhor me diz aqui que o problema da habitação em Portimão está resolvido com aquilo que já foi feito de investimento e com os concursos que iniciaram já e que estão a aguardar o visto do tribunal de contas, coisa que eu, eu enfim, aposto consigo que não é verdade, ou então era necessário aqui reforçar o investimento na habitação para este ano, são menos trinta por cento, são menos trinta por cento. -----

-----Depois, enfim, para o senhor vereador José Cardoso ficar mais agradado aqui com alguma coisa que eu diga, a questão da revisão do PDM. A revisão do PDM em termos aqui de despesa no orçamento, pelo menos de calendarização de despesa foi atirada para as calendas, 27 e 28. Quando eu pensava, nós pensávamos aqui que era uma prioridade que o executivo, aliás, o senhor disse aqui há mais de um ano ainda no mandato anterior que ia ser uma prioridade a revisão do PDM. Parece que passou, enfim, vai sendo empurrado com a barriga para a frente e o grosso do investimento está em 2027/2028, portanto onde é que está a prioridade da revisão do PDM? Enfim, a revisão do PDM em si mesma não é uma prioridade, é no sentido em que temos a questão dos fundos comunitários, temos a questão do ordenamento do território e temos a estratégia de desenvolvimento local que volto a dizer é aquilo que está aqui em falta neste orçamento, não há quem olhe este documento de fio a pavio e quem analisa substantivamente o documento, não há uma estratégia de desenvolvimento, há aqui uma calendarização de obras, porque volto a dizer empurrando essas obras para os exercícios de 2027/2028 e sobretudo 2029 e para 2026 temos aqui algumas coisinhas que vão ser feitas, enfim, posso-lhe dizer que satisfiz alguns dos compromissos que assumiu há pouco mais de quatro meses com os eleitores. Nesta medida, a bancada do CDS não pode senão votar contra este orçamento. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ao abrigo do estatuto de direito da oposição, o PSD apresentou em sede própria um conjunto de propostas estruturantes para o orçamento municipal e para as grandes opções do plano 2026/2030. Fizemo-lo com espírito construtivo, com quantificação financeira e com foco nas áreas da segurança, da mobilidade, da habitação, da juventude, da reabilitação urbana e da requalificação de equipamentos e do espaço público. Fizemo-lo com transparência e com planeamento das metas que pretendemos atingir ou que Portimão queira atingir. -----

-----Desde o primeiro momento deixámos claro um princípio essencial. O orçamento municipal é um instrumento político, é nele que se revelam prioridades, que se avalia a capacidade de governar e que se mede a ambição e a coragem dos protagonistas políticos para responder a problemas concretos com soluções concretas. -----

-----Caros companheiros, do ponto de vista técnico e focando-nos na parte da despesa, uma vez que a parte dos impostos já foi discutida em dezembro último, esta proposta de orçamento municipal e as grandes opções do plano aqui inscritas apresentam um volume de investimento relevante. -----



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----As GOP, grandes opções do plano, totalizam sessenta e sete vírgula sete milhões de euros distribuídos por trinta e cinco vírgula quatro milhões no âmbito do plano plurianual de investimento e trinta e dois vírgula dois milhões a nível do plano de atividades municipais. -----

-----Na área da segurança, uma das prioridades manifestadas pelo PSD e com previstos projetos no plano de atividades municipais, designadamente nos projetos 18/003 e 26/010, bem como no plano plurianual de investimentos do projeto 234005, projetos esses que se enquadram na preparação, organização e reforço das políticas municipais de segurança e que dão o corpo ao compromisso político assumido pelo executivo para com o PSD de implementar a Polícia Municipal neste mandato e já aqui referida há um bocado pelo senhor Presidente da Câmara. -----

-----Este é um ponto de convergência relevante com as propostas com o PSD e um sinal político que não desvalorizamos. -----

-----A nível da habitação, assume um peso financeiro muito significativo neste orçamento e nas GOP. Os projetos concretos identificáveis, onde destaco o investimento do bairro da Coca Maravilhas, um investimento de quase trinta milhões de euros, no bairro do Pontal, a requalificação do parque habitacional municipal, a aquisição de habitação no âmbito da estratégia local de habitação e ainda a criação do centro de alojamento temporário e de urgência. Estes investimentos, no nosso entender correspondem às necessidades sociais, reais e estruturais do concelho e o Partido Social Democrata reconhece a importância, não deixando, contudo, o reparo e a exigência que a política municipal da habitação evolua para integrar as respostas dirigidas à classe média que também ela hoje praticamente está excluída do acesso à habitação no nosso concelho. -----

-----A nível da qualificação urbana e do espaço público constam nas GOP projetos concretos como o parque urbano do Barranco do Rodrigo, a requalificação do jardim das Águas Livres, o jardim Sárrea Prado, o jardim da fortaleza, bem como a ampliação da rota acessível de Portimão e outras intervenções de mitigação, de fraturas urbanas associadas a infraestruturas de mobilidade. São projetos que contribuem para uma melhoria da qualidade de vida, para a coesão urbana e para a valorização do espaço público, áreas que o Partido Social Democrata sempre aludiu como necessitadas de serem intervencionadas. -----

-----Na mobilidade urbana encontram-se previstos projetos relevantes, embora na nossa opinião dispersos que correspondem a preocupações reiteradas pelo Partido Social Democrata, nomeadamente a nova rotunda de Chão das Donas, o prolongamento da Paul Harris, chamada V2, as requalificações urbanas associadas à alameda da República, à urbanização ponte Algar ou ao passeio da rua D. Carlos I por exemplo, assim como a construção de projetos de parques de estacionamento ou auto silos enquadrados no projeto 25/014 e a revisão do plano de mobilidade e os programas de incentivo à mobilidade sustentável previstos no PAN 24/23, 24/017 e 24/18. -----

-----O PSD reconhece a importância desses investimentos, alguns dos quais constantes no nosso programa eleitoral, chamando a atenção, no entanto para a necessidade de uma estratégia integrada e



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



com impacto a curto prazo na vida dos nossos munícipes, porque há problemas que se arrastam há demasiado tempo e que não podem esperar mais. -----

-----Na área da educação, as GOP preveem igualmente investimentos estruturantes avultados ao longo do ciclo plurianual, com obras de requalificação e ampliação em praticamente todo o parque escolar. Intervenções que são no nosso entender absolutamente essenciais sobretudo perante situações concretas que todos conhecemos e para as quais o PSD tem chamado a atenção nesta casa, como escolas com infiltrações, problemas estruturais, equipamentos degradados, condições essas que afetam alunos e profissionais ao nível quer da segurança, quer das condições de salubridade e de saúde. É por isso que continuaremos a exigir que estas intervenções não sejam empurradas para os últimos anos do mandato e iremos trabalhar para que o saldo de gerência do ano transato quando incorporado lá para abril, maio e que terá cerca de sessenta e poucos milhões de euros, penso eu, seja utilizado de forma estratégica para responder a esta e a outras situações urgentes no nosso concelho e que tenham a implementação ainda neste ano de 2026. -----

-----A nível do equipamento coletivo constam ainda nas GOP projetos como a requalificação do polidesportivo da Quinta do Amparo, a construção da piscina coberta do Barranco do Rodrigo, o centro de dia da aldeia do Carrasco, a requalificação da casa Manuel Teixeira Gomes, a requalificação e apetrechamento do auditório municipal e a requalificação do castelo de Alvor e do pavilhão desportivo de Montes de Alvor. Equipamentos que considera o Partido Social Democrata relevantes para a promoção da igualdade social, do desporto, da cultura e da identidade deste concelho. -----

-----Por fim, no domínio estratégico, o PSD regista com agrado a elaboração finalmente planeada do plano estratégico para o turismo, através do plano 23/004, bem como a importância do planeamento estratégico para o desporto igualmente previsto neste orçamento. -----

-----Senhor Presidente, meus senhores, minhas senhoras, sem planeamento não há visão. Sem visão há apenas gestão do dia-a-dia. A política orçamental não é apenas a soma dos números, não são mapas, não são só rubricas, é acima de tudo uma questão de escolhas. É decidir onde se investe primeiro, quem se protege, quem se escuta e que futuro se constrói. Sendo por isso o PSD absolutamente claro ao afirmar que este não é o orçamento do PSD. Não é o orçamento que apresentaríamos se fosse executivo, dado não traduzir toda a ambição que defendemos para Portimão, existindo divergências reais, nomeadamente na calendarização dos investimentos, na resposta imediata em 2026 e na ausência de uma política clara de habitação para a classe média. Contudo, há algo que também não podemos nem devemos ignorar. Este documento não saiu igual àquele que inicialmente entrou em discussão. É um documento melhorado que foi gasificado e que foi politicamente influenciado e foi influenciado porque houve uma oposição que não se limitou a dizer não. Houve uma oposição que estudou, que propôs, que quantificou e que assumiu as suas responsabilidades. -----

-----Quando vemos refletidas nos documentos finais matérias como a segurança, como a mobilidade, como o estacionamento, como a habitação, como o planeamento estratégico e outros, sabemos que isso



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



não aconteceu por mero acaso. Aconteceu porque houve diálogo institucional, aconteceu porque o Partido Social Democrata fez também o seu trabalho. Por isso, importa dizê-lo de forma serena, mas firme, a oposição é útil quando é levada a sério, quando é responsável. -----

-----Meus senhores, minhas senhoras, o Partido Social Democrata não veio aqui disputar protagonismos, veio aqui para discutir o futuro. Veio para garantir que Portimão não vive apenas do imediato nem aceita o adiamento eterno das decisões estruturais que tanto necessita. -----

-----Este orçamento, volto a dizê-lo não é nosso, mas é um orçamento que hoje é melhor do que seria sem a intervenção do Partido Social Democrata e é esta a diferença que importa. Importa para o concelho, importa para aqueles que aqui vivem e trabalham, importa para quem nos elegeu. -----

-----Senhor Presidente, o Partido Social Democrata é a oposição e digo-o com orgulho, não com resignação, mas também lhe digo o PSD é a oposição, mas não é oposição ao futuro de Portimão. Ser oposição não é estar contra tudo ou contra todos, é estar do lado certo das soluções para os problemas concretos que afligem a nossa população. -----

-----O Partido Social Democrata acredita que a política local deve ser feita com elevação, com sentido institucional e com respeito de quem nos escuta. Não fazemos política aos gritos, não fazemos política com ruído, não fazemos política a pensar nas redes sociais nem nos títulos fáceis. Não entramos no campeonato de quem berra mais alto. Entramos sim no compromisso de quem mais trabalha, de quem mais estuda e de quem mais propõe. Ser oposição responsável para nós é isto, é apresentar propostas onde seria muito mais fácil criticá-las. É melhorar documentos quando seria mais cómodo rejeitá-los. É viabilizar processos quando o interesse público assim o exige ao invés de agir conforme os interesses meramente partidários. Estamos aqui por Portimão e só na defesa dos portimonenses é que nós fazemos o nosso trabalho nesta casa. -----

-----Ser uma oposição responsável também é nunca abdicar da exigência da fiscalização que nos compete. O PSD nunca abdicará da sua identidade política, mas também não vai fazer oposição por oposição. O Partido Social Democrata escolheu uma posição clara, assumida e politicamente responsável, abdicando de qualquer jogo tático ou de ruídos políticos. -----

-----Focamo-nos em servir os portimonenses, em melhorar as suas condições de vida e contribuir para um concelho mais eficiente, mais justo e melhor governado. Por tudo isto, o grupo municipal do Partido Social Democrata com respeito pelo interesse público, optará pela abstenção na votação desta proposta ao orçamento municipal e das grandes opções do plano para 2026/2030, permitindo assim a viabilização deste documento nesta Assembleia. Fazemo-lo com sentido de responsabilidade, fazemos porque entendemos que Portimão precisa de avançar, precisa de compromisso, precisa de execução e precisa mas com escrutínio, mas senhor Presidente, permite-me que lhe deixe este alerta. O Partido Social Democrata continuará a exercer uma oposição vigilante e exigente ao longo de todo o mandato. Onde houver compromisso nós exigiremos cumprimento. Onde houver projetos nós exigiremos execução. Onde houver problemas reais nós iremos exigir respostas e apresentaremos também nós soluções concretas



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



para a sua resolução, porque este é o nosso papel, porque esta é a nossa responsabilidade democrática nesta casa e para já fico-me por aqui. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o orçamento e as grandes opções do plano que hoje discutem não são apenas um conjunto de números, são acima de tudo opções políticas claras sobre o caminho que queremos seguir para Portimão nos próximos anos. Este é um documento construído num contexto exigente marcado por incertezas económicas externas e internas, por uma forte pressão urbana e social sobre o nosso concelho e por responsabilidades acrescidas decorrentes da descentralização de competências. Ainda assim, trata-se de um documento que revela rigor, prudência e ambição equilibrada. -----

-----Desde logo, importa salientar e sublinhar responsabilidade financeira que atravessa e caracteriza todo este orçamento. -----

----- O município de Portimão continua condicionado como todos sabem por um esforço significativo de amortização da sua dívida herdada de opções do passado e isso obriga a uma gestão extremamente cuidadosa dos recursos públicos. -----

----- Este orçamento demonstra que é possível manter equilíbrio orçamental, cumprir compromissos financeiros e simultaneamente investir no desenvolvimento do nosso concelho. Este é um orçamento prudente e realista. É um orçamento que coloca as pessoas no centro das decisões com uma clara aposta na coesão social e na qualidade de vida dos portimonenses. É um orçamento cujo montante global de noventa e oito vírgula três milhões de euros lhe dão corpo, sendo que as grandes opções do plano estimam o montante como já foi aqui dito de sessenta e sete vírgula sete milhões de euros repartidos por trinta e cinco vírgula quatro no plano plurianual e trinta e dois vírgula dois no plano de atividades municipais. -----

----- A área da habitação assume aqui um papel central e bem. Portimão enfrentou hoje um dos seus maiores desafios estruturais nesta área e ele é sem dúvida garantir que quem trabalha, quem estuda, quem constrói a vida neste concelho consegue cá viver com dignidade. -----

A implementação da estratégia de habitação e recuperação do parque habitacional municipal e o arranque de novos fogos são sinais claros de que o executivo não ignora esta realidade e responde com soluções concretas. -----

----- O investimento previsto nesta área até 2030 é previsivelmente de quarenta e cinco milhões de euros, uma verba bastante significativa. -----

----- Na educação e ação social, o orçamento mantém e reforça apoios fundamentais às famílias, garantindo igualdade de oportunidades desde a infância ao envelhecimento ativo. Num concelho diverso como o nosso, esta resposta é essencial para assegurar coesão e justiça social. -----



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- De referir que o investimento na requalificação do parque escolar, ao contrário do que aqui foi dito, para este ano e nos próximos anos ascende a trinta e três vírgula oito milhões de euros. É bastante significativo. -----

----- No plano do investimento público, este orçamento apresenta uma visão de médio e longo prazo, com uma forte aposta na requalificação urbana, na mobilidade e no espaço público. -----

----- Projetos estruturantes como intervenções viárias, requalificação de equipamentos e valorização do património não são apenas pequenas obras, são instrumentos de desenvolvimento, de segurança e da melhoria do quotidiano de quem vive em Portimão. -----

-----Importa também destacar e dar ênfase ao desenvolvimento económico e do turismo. Nós somos o município em que estas atividades têm o seu expoente máximo e são pilares fundamentais para a nossa economia. -----

-----Este orçamento reconhece o turismo como fator de crescimento, mas fá-lo de uma forma equilibrada, apostando na qualificação do nosso destino, na valorização do comércio local e na diversificação da atividade económica, sendo que Portimão não pode ser apenas um concelho de passagem, tem de ser acima de tudo um concelho com futuro. -----

-----Outro aspeto relevante é a clara preocupação com a modernização administrativa e a transparência, nomeadamente com a criação do portal da transparência municipal. Sublinho, com a criação do portal da transparência municipal. -----

-----Governar bem é também prestar contas, aproximar a autarquia dos cidadãos e reforçar a confiança nas instituições democráticas. -----

-----Uma breve referência para a forma responsável como os instrumentos de gestão municipal continuam a olhar para a proteção civil e a luta contra incêndios, atribuindo-lhe uma importância cada vez maior, já que em tempos de profunda preocupação como aqueles que atravessamos e que estão relacionadas como todos sabem com as alterações climáticas e com os consequentes reflexos na vida dos cidadãos. -----

-----Por fim, e já agora num breve parênteses, e entendendo isso como um sentimento generalizado de todas as pessoas que estão nesta sala, aproveitaria para dar um testemunho de solidariedade e de compreensão, solidariedade para com os nossos cidadãos da região Centro que como todos sabem atravessa um momento bastante difícil e também de compreensão pela luta sem quartel que os nossos concidadãos com responsabilidades municipais estão a travar neste momento para dar resposta às necessidades bem patentes que todos nós vimos diariamente na comunicação social e que felizmente não passaram por nós, mas dizia eu, por fim, importa sublinhar a capacidade demonstrada pelo município na captação e execução de fundos comunitários e também nacionais, maximizando recursos externos e reduzindo a pressão sobre o orçamento municipal. Isto também é fazer uma boa gestão. -----

-----Esta competência técnica e política é decisiva para transformar planeamento em obra feita. -----



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Senhor Presidente, senhores deputados, este não é o orçamento perfeito. Em democracia dificilmente existem orçamentos política e estruturalmente perfeitos. Felizmente vivemos em democracia e continuaremos a lutar para que a democracia deste país não desista e não volte ao 24 de Abril, mas é um orçamento responsável, realista e socialmente comprometido, que responde aos atuais desafios sem hipotecar o futuro de Portimão. Foi construído na base do diálogo com as forças da oposição como já aqui foi bem sublinhado. Assimiladas algumas das suas propostas como também já foi aqui testemunhado pela maioria das forças políticas e isso está espelhado na forma como foi aprovado em reunião municipal. Não tapemos o sol com a peneira e não arranжемos desculpas esfarrapadas. Por estas razões e porque acreditamos que este documento dá resposta aos interesses do concelho e dos seus cidadãos, o Partido Socialista votará favoravelmente este orçamento e também as grandes opções para 2026. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande **Ricardo José Jorge Sobral**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que na última Assembleia Municipal, pelo menos naquela em que estiveram todos reunidos em plenário, aquando da votação dos plurianuais que transitavam para 2026, tiveram oportunidade de assistir à preocupação manifestada por parte da oposição, nomeadamente pelo senhor deputado Vítor Couto e pela senhora deputada Sofia de Landerset relativamente ao facto de ter sido retirado o valor de oitenta e cinco mil euros se bem me recordo de uma rubrica de investimento inicialmente afeta à rede viária da Mexilhoeira Grande para ser colocada num outro projeto fora da freguesia. Portanto, essa preocupação acabou por ser o fundamento dos senhores deputados para invocarem o voto de abstenção aquando da proposta, do voto desta proposta apresentada pelo executivo municipal. Na altura, fui claro nesta Assembleia, portanto a rede viária da Mexilhoeira Grande encontra-se numa situação particularmente grave que não se resolve com oitenta e cinco mil euros. Exige um investimento estrutural de grande dimensão capaz de garantir segurança, dignidade e condições reais para o desenvolvimento sustentado da freguesia. Deixei ainda bem patente que se encontravam a decorrer negociações com o executivo municipal, com vista a assegurar essa intervenção estrutural que a freguesia da Mexilhoeira Grande exige e merece. Hoje, senhoras e senhores deputados iremos votar também o resultado dessas negociações. Não tenho qualquer motivo para duvidar da genuinidade das preocupações tanto do senhor deputado Vítor Couto e da senhora deputada Sofia Landerset relativamente à Mexilhoeira Grande e por isso mesmo estou certo que após terem analisado o orçamento e as grandes opções do plano para 26/30, têm plena consciência do impacto absolutamente transformador que este documento representa para a minha freguesia. Um impacto que vai muito além das preocupações então levantadas, e vejamos os factos. Nas grandes opções do plano 25/29 estavam previstos para a rede viária da Mexilhoeira grande um total de oitocentos mil euros. O orçamento que hoje discutimos, portanto contempla quatro milhões setecentos e sessenta mil euros para essa mesma rede viária, aos quais acrescem seiscentos e setenta mil euros para a qualificação da urbanização Pontalgar. Estamos, portanto, a falar de uma beneficiação direta da freguesia na ordem



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



dos cinco milhões e meio de euros apenas desta área, são sete vezes mais aquilo que estava anteriormente previsto. Senhores deputados, perdemos oitenta ou oitenta e cinco mil euros realmente em 25, mas ganhamos perto de cinco milhões para o período 26/30 e se a este valor juntarmos as intervenções na rede viária a realizar através do orçamento da EMARP num investimento adicional de cerca de dois milhões de euros, com especial destaque para a requalificação da via que finalmente levará água da rede pública aos Montes de Cima, verificamos que o impacto total na freguesia da Mexilhoeira Grande ascende a aproximadamente sete milhões e meio de euros, sete milhões e meio de euros. -----

----- Senhoras e senhores deputados, este é um orçamento histórico para a Mexilhoeira Grande. O grande desafio será a sua execução e a Mexilhoeira Grande não pode nem vai desperdiçar esta enorme oportunidade, mas este orçamento não se esgota na rede viária. -----

----- No desporto de recreio e lazer, embora refira diretamente trezentos e dez mil euros para a requalificação do complexo desportivo, existe um compromisso político claro com o executivo municipal para afetação de verbas adicionais a disponibilizar através do saldo de gerência do município no montante de um milhão de euros para o parque da juventude da Mexilhoeira Grande repartido entre 26 e 27, de mais um milhão de euros para o parque desportivo e para o parque de merendas da Figueira repartidos da mesma forma e ainda de quatrocentos mil euros para um novo pavilhão de ginástica. Mais ainda, para o período 28/29, está previsto um investimento de dois milhões de euros na futura casa da juventude da Mexilhoeira Grande, um projeto ímpar no concelho estruturante para a criatividade, inclusão e desenvolvimento saudável da nossa juventude que não consta ainda formalmente deste orçamento apenas por razões de natureza técnica relacionadas com a necessidade de alteração do PDM no local identificado para a sua implementação. -----

----- Continuando na área da cultura, além da intervenção prevista no centro interpretativo de Alcalar estão igualmente programadas a criação do núcleo museológico António Barreiros, do jardim de homenagem a Nuno Júdice e a conclusão da requalificação do mercado da Mexilhoeira Grande, investimentos estes que em articulação com a igreja matriz da Mexilhoeira Grande que comemorou agora em 2025, quinhentos anos de história, vêm reforçar de forma decisiva o valor patrimonial do coração da vila dotando-o de uma centralidade cultural de elevado impacto para a freguesia e para o concelho. -----

----- Agradeço o papel determinante do senhor Presidente da Câmara Municipal, sublinhando que este orçamento para a Mexilhoeira Grande só é possível graças à experiência que traz consigo enquanto Presidente de Junta ao conhecimento profundo que tem da realidade das nossas freguesias e à convicção de que a visão de cada freguesia sobre as suas prioridades deve ser escutada, considerada e respeitada. É essa visão que hoje se concretiza graças à coragem política, ao sentido de responsabilidade e à honorabilidade do senhor Presidente da Câmara e de todo o executivo municipal que souberam reconhecer as necessidades estruturais da Mexilhoeira Grande, respondendo com um reforço muito significativo, mas essencial do respetivo orçamento. Esta opção não traduz apenas visão estratégica, traduz o cumprimento sério dos compromissos assumidos, transformando palavras em decisões concretas



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e em investimentos reais. Perante este quadro teremos hoje a oportunidade de perceber quem verdadeiramente quer o desenvolvimento sustentado da Mexilhoeira Grande, quem se preocupa efetivamente com a sua população e quem pura e simplesmente não valoriza a aposta corajosa do executivo municipal, talvez porque a Mexilhoeira Grande pouco ou nada lhes diga. -----

----- Permitam-me ainda uma nota final que considero absolutamente necessária. Temos assistido ao longo dos últimos dias a críticas lamentáveis dirigidas à senhora vereadora Ester Coelho por elementos do próprio partido, mas também da restante oposição, pelo facto de ter votado favoravelmente o orçamento apresentado pelo executivo municipal que evidenciam desconhecimento de quem é a pessoa, do seu percurso e das convicções que sempre a guiaram. Não posso enquanto Presidente da Junta da Mexilhoeira Grande ficar indiferente nem calado perante aquilo que considero uma profunda injustiça humana e política. Falamos de alguém que dedicou praticamente quatro décadas da sua vida à Mexilhoeira Grande, não apenas como médica de família, mas como alguém que sempre esteve onde era preciso estar muitas vezes antes de qualquer resposta institucional existir. Foi uma ativista incansável pelo acesso à saúde, criou uma unidade móvel de saúde quando esse conceito nem sequer fazia parte da linguagem da administração pública, percorreu a freguesia ao lado do Presidente da Junta para acompanhar os mais frágeis, chegou a deslocar-se de burro para chegar a doentes quando o acesso por automóvel era impossível. Foi dirigente associativa, Presidente do Mexilhoeira Grande Futebol Clube e na altura chegou a pagar do seu próprio bolso para que jovens da nossa terra pudessem continuar a praticar desporto e a competir oficialmente. Não é por acaso que este mesmo clube atribuiu em 2016 o seu nome a um dos torneios mais emblemáticos do concelho de Portimão para crianças que estão a iniciar as primeiras experiências competitivas, o torneio Ester Coelho. Provavelmente os filhos de alguns dos senhores deputados já terão participado, se praticam futebol já terão participado neste torneio. Quem conhece este percurso sabe que estamos a falar de alguém que sempre colocou as pessoas à frente de qualquer cálculo político. Por isso, não tenho qualquer dúvida que na análise que fez deste orçamento falou mais alto da sua ligação profunda à Mexilhoeira Grande, do que qualquer lógica de disciplina partidária. Não votou por alinhamento automático, votou por convicção, porque reconheceu que este orçamento para além do impacto positivo no município responde de forma concreta às necessidades essenciais da nossa freguesia, e é isso hoje que está verdadeiramente em causa. Não são os jogos políticos, não são estratégias partidárias, mas sim responsabilidade visão e acima de tudo compromisso com as pessoas que nos elegeram. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Manuel da Silva Vicente**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dar uma pequena explicação. Foi aqui dito e lançou-se aqui confusão sobre as competências da Polícia Municipal. Só quem não quer consultar os documentos da constituição das outras polícias municipais é que pode dizer que estas polícias são meros cobradores de multas. Para a multa já temos estes da EMARP e pelos vistos a Câmara não está nada insatisfeita com as verbas. É para dizer que a Polícia Municipal tem todas as competências da PSP e da



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



GNR à exceção da investigação criminal, isto é, fazerem inquéritos, nós até agradecemos, nós até agradecemos fazer os inquéritos pois há muita gente no papel. Portanto, podem patrulhar, identificar, fiscalizar, fazer revistas e deter em flagrante delito. Portanto, se acham que isto é uma mais-valia para a cidade, então não sei o que é que vai ser. Portanto, os senhores portimonenses estiveram aqui à procura de uma solução, estejam descansados que a Polícia Municipal serve perfeitamente o fim em vista. -----

----- Relativamente aos ordenados de novecentos euros, pois até não concordo que é pouco. Hoje a PSP e a GNR quando entram também esse é o ordenado que ganham e, no entanto, nós não vamos acabar com eles pois não? Portanto, mas se o senhor Presidente acha que eles ganham pouco, faça como os seus colegas dos outros concelhos fizeram e aumente os ordenados. Sim, não sabe o que é que eles fizeram? Se quiser eu esclareço. E tudo o que eu disse há pouco, aquilo é factual, são quarenta homens ao serviço desta cidade na PSP, aquilo é factual, eu já sabia daquilo tudo, mas ainda fui confirmar com o comandante da PSP e ele disse-me, "pois olha cita-me Vicente, estamos pior do que antes". É só isso que eu tenho para dizer. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **João Pedro Mendes Baía Nunes Martins**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que antes de entrar na matéria que os traz ali a esta discussão, primeiro fazer uma ressalva e agradecer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira por lhes dar o currículo da doutora, mas eles já conhecem, muito obrigado e as suas quezílias internas são eles, a eles dizem respeito, muito obrigado. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor Vítor Couto, do deputado do PSD, falando da oposição responsável, nós fizemo-lo no nosso estatuto do direito da oposição, apresentámos várias propostas e a única que foi incluída, coincidentemente foi aquela que também figurava lá do plano eleitoral do PSD quicá falamos obviamente da Polícia Municipal e quicá como uma contrapartida pela abstenção da bancada do PSD para passar este orçamento. -----

----- E por fim, em relação aqui ao senhor deputado do CDS João Caetano quando fez aqui aquela sua, iniciou a sua intervenção falando aqui sobre o tempo que o nosso colega de bancada decidiu despende num tema que ele considera de sobeja importância que é a segurança no nosso município, cada deputado desde que esteja a debater o tema que está aqui em causa e que falamos aqui de segurança e de segurança necessariamente contempla rubricas no orçamento, ele despendeu o tempo que teve que despende e que cada um faz aquilo que entender. Agora, eu acho que foi uma perda de tempo, foi tempo que perdemos à assembleias atrás a discutir a questão da AMAL quando era sobejamente óbvio o que é que devia ter sido decidido logo, mas pronto, aí foi, o senhor deputado do CDS esteve no seu uso da palavra e fez aquilo que entendeu, por isso... agora, avançando aqui para o tema em si. Sim, aquilo que assistimos aqui hoje nesta sala não é apenas um conjunto de mapas, de números, de quadros, de percentagens, nós olhamos para este orçamento antes de mais como um retrato político do executivo e essa tradução financeira são as escolhas que o executivo faz e é aqui que se vê que sem retóricas, nem slogans, nem o que quer que seja que não fomos nós que trouxemos a emigração para este debate, foi o



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nosso aqui colega do lado esquerdo e aqui é que se vê quem governa para quê e para quem e essa discussão nunca pode ser ligeira, não nos queremos acomodar e não podemos reverter-nos e cingir-nos apenas às questões técnicas, porque este orçamento revela prioridades e nós no nosso entender e até em consideração do nosso plano eleitoral entendemos que essas prioridades são em certa medida algumas delas questionáveis, mas começamos pelo essencial. Este orçamento entendemos que não parte de uma realidade concreta de preocupações dos munícipes de Portimão, porque quem vive em Portimão e vou dizer aqui algo que toda a gente já sabe que temos problemas urgentes, que é a falta de habitação que já foi abordada pelo senhor Presidente e pelos concursos, como também já foi aqui abordado e até por munícipes que se juntaram aqui a nós hoje, a insegurança crescente em várias zonas da cidade e isso ninguém fez associações aqui à emigração, só fizemos questão de mencionar que existe de facto um aumento da insegurança seja por portugueses, seja espanhol, seja africano, seja o que for, não interessa. Existe aumento de insegurança e este problema tem que ser abordado. Existe também uma degradação do espaço público muito por conta também do aumento dessa insegurança dos grupos que temos aqui a rodar pela cidade, basta irmos à noite ao parque do Gil Eanes e depois vamos ver se vocês ficam por lá mais de dez minutos por volta das onze da noite, porque eu duvido que fiquem e depois também temos outras questões que são muito prementes e não vi aqui ninguém abordar que continua a ser a dificuldade em fixar médicos, professores e forças de segurança neste município, assim bem como vemos que cada vez mais os serviços municipais que nós temos estão pressionados e os portimonenses, creio que falo grande parte da maioria, pelo menos pelos sete mil falamos, estão cansados de promessas dos executivos sucessivos do Partido Socialista. Por isso, olhamos para isto, não vemos respostas estruturais a muitos destes problemas. Vemos também um documento confortável para quem governa, porque vai fazendo promessas e muito curiosamente como também foi salientado aqui pelos nossos colegas da oposição o grosso da concretização delas é onde? É exatamente na altura das autárquicas, é muito conveniente, faz lembrar o timing com que foi feito o agendamento das autárquicas para este ano transato e quando foi apresentado o orçamento de estado. É muito semelhante, a estratégia é parecida, mas vamos redundar um bocadinho ao mesmo, mas agora avançando para o orçamento propriamente dito, quando olhamos para o peso das rubricas da comunicação, publicidade institucional e promoção, vemos que existe, é completamente desproporcional. Nós estamos a falar aqui de centenas de milhares de euros por ano, repetidos quase de forma automática sem que o executivo apresente um plano estratégico para esta comunicação e publicidade institucional, objetivos concretos, indicadores de sucesso, avaliação de impacto real do que é que de facto se ganhou com este gasto em comunicação, publicidade e tudo mais e assim por isso perguntamos de forma clara quantas campanhas foram feitas, com que objetivos, para quem e que resultados é que elas tiveram para os portimonenses. Hoje estamos perante só mais uma lógica de governação, na senda de que vamos fazer parecer que estamos a governar bem porque é muito mais importante isso do que governar efetivamente, e nós cremos que a comunicação institucional deve informar os munícipes, deve transmitir questões que são de sobeja importância para eles, não deve



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



promover a vaidade dos municípios. Quer dizer, aprovámos isto, fizemos aquilo, já está previsto mais um projeto, mas depois como concretizá-los, vemos efetivamente a colocar tijolos nas obras, devemos começar a iniciar, isso nunca vemos ou a muito espaço, ou como disse aqui o senhor deputado veríamos provavelmente em 2029. -----

----- Quanto a outras questões também que cremos que devem ser esclarecidas, porque também as rubricas consideramos que são dotações um bocado elevadas e são recorrentes. -----

----- A rubrica relativa aos prémios, condecorações e ofertas tem uma dotação elevada e recorrente, mas depois quando afirmamos que estamos num município que ainda agora está a sair de uma assistência financeira que não tem orçamento para tudo e tem dificuldades financeiras, esta despesa que nós temos aqui em cima da mesa, levanto uma questão moral e política que é muito simples. Esta despesa é essencial? Esta despesa serve quem, quem é que decide quem recebe com base em que critérios e com que limites? É que este tipo de despesa é tradicionalmente um foco de opacidade da administração local que permite que existam devaneios orçamentais. Tem que exigir regras claras e regulamentos públicos com escrutínio apertado que seja possível fazer e nós entendemos que pelo menos isto não surge devidamente explicado e quando as coisas não são devidamente explicadas temos legitimidade para desconfiar e para questionar. -----

----- Avançando para a área da tecnologia que também é algo que tem sempre um orçamento elevado, isto prevê que vários contratos plurianuais de manutenções de software, hardware e renovação de licenças com valores que ascendem a milhões de euros num horizonte temporal considerado aqui pelo orçamento e pelas grandes opções do plano. Aqui ninguém é contra a modernização tecnológica, pelo contrário, nós queremos todos que isto se modernize para podermos fazer as transmissões, para podermos fazer essas coisas todas, mas o que nós somos é contra contratos opacos, agregados ou pouco discriminados e politicamente difíceis de escrutinar. Por isso, temos que perguntar em termos de despesas quanto é que de software, de hardware, quanto é que são as licenças, quem são os fornecedores, existem alternativas no mercado, é possível renegociar ou nós estamos condenados a aceitar ano após ano que estes contratos se renovem automaticamente. O eixo da tecnologia deve servir para a eficiência da administração, mas não podemos criar uma dependência permanente dos fornecedores desses mesmos softwares e hardwares e mantermos "Ad aeternum" nestas situações de conforto contratual, porque não nos damos ao trabalho de ir tentar negociar opções mais baratas para os munícipes. -----

----- Outro foco de grande celeuma para os portimonenses, digamos, é a questão da mobilidade e um padrão recorrente que nós temos aqui, pelo menos que conseguimos constatar é um recurso excessivo de consultoria externa e em especial nesta área, que existem estudos, existem planos, estratégias e relatórios, mas o portimonense continua parado no trânsito, o portimonense continua sem conseguir estacionar e continuamos sem soluções práticas. Nesse sentido, perguntamos ao executivo quantos estudos é que são precisos para resolvermos os problemas que os munícipes sentem, quantos relatórios é



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que justificam a falta de resultados práticos e tangíveis para o portimonense? É que um município com quadros técnicos qualificados não pode transformar a consultoria numa área disfarçada de governação com outsourcing e esta questão leva-nos, já vamos entrar um bocadinho na questão do mapa de pessoal, mas como está previsto no orçamento vou também abordar essa questão aqui que é a questão da análise do mapa do pessoal, porque encontramos aqui uma situação que tem que ser dita com clareza, isto aqui existem sinais evidentes de má planificação. Nós temos mais de mil e cem postos ocupados em papel, menos de mil trabalhadores efetivos, cerca de duzentos e quarenta postos vagos ou a recrutar, mas ao mesmo tempo temos centenas de milhares de euros em horas extraordinárias. Isto não é normal, não é saudável e não é o reflexo de uma boa gestão, ou faltam pessoas, ou sobram horas extraordinárias, os dois ao mesmo tempo é que indicam uma desorganização estrutural e depois há uma rubrica que nós não compreendemos e o senhor Presidente se nos conseguir explicar é, o que é que é a rubrica pessoal em qualquer outra situação com valores de um ponto sete milhões de euros. O que é que está incluído nesta rubrica, senhor Presidente? Por favor, e porquê um valor tão elevado, rúbricas num orçamento sério com esta baguês não são aconselháveis e depois podemos avançar para a questão que já foi aqui também feita a referência daqui de algum contencioso administrativo que sabemos que isso existe sempre quando estamos a falar de municípios, que o orçamento reconhece algumas previsões elevadas para despender em processos judiciais. Então, existe aqui uma questão que se importa colocar. Existem erros no passado que continuam a custar caro aos munícipes, ou isto são decorrências, como disse há um bocado o senhor Presidente e falou aqui por causa da questão do cemitério, que exigem litigância judicial para se resolverem? É que aqui tem que haver aqui alguma explicação por parte do executivo, qual é a origem destes processos, o que é que correu mal e levou a que estes processos ocorressem e que garantias é que é possível dar para que semelhantes erros não se voltem a ocorrer no futuro. É que não podemos só gerir consequências, também temos que prevenir erros, porque sabemos todos muito bem que processos judiciais nos tribunais administrativos demoram anos a fio, e por fim, aqui entremos se calhar no ponto mais grave é que o próprio orçamento admite que nos anos seguintes a 2026 a despesa corrente das amortizações pode ultrapassar a receita corrente bruta, ou seja, hoje as contas estão equilibradas, amanhã logo se vê. Isto não é rigor, estamos a empurrar o problema para a frente e depois podemos vir outra vez a sofrer consequências como sofremos já em mandatos anteriores e isto é irresponsável sobretudo num município que já está pressionado financeiramente sem prejuízo do esforço que foi feito e reconhecemos sim também não só pelo executivo, mas pelos portimonenses para sairmos da situação em que nos encontrávamos e perante este cenário o que nós defendemos tem sido claro e tem sido coerente. Como já foi proposto, isto será levado muito provavelmente à próxima Ordinária, nós defendemos uma leitura externa independente, nós para efeitos seja de utilizarmos um inventário que já existe municipal, do património municipal definirmos que seja feito um inventário sério para sabermos efetivamente o que é que existe, em que condições é que existe e o que é que pode ser feito, defendermos cortes nas despesas supérflua e defendemos concentrar custos no essencial, em certa medida nalgumas partes tem



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sido feito e na habitação, na segurança e nos serviços públicos e ao contrário do que aqui foi dito, tudo o que nós apresentámos no nosso plano, nada do que nós apresentámos é radical, nada extremista, é só bom senso financeiro e o desrespeito pelos munícipes. Por isso, em conclusão senhor Presidente, este orçamento pode passar por maioria, neste caso com a abstenção dos nossos colegas do Partido Social Democrata, mas não vai passar no teste da responsabilidade política, porque nós consideramos que é um orçamento pouco transparente, excessivamente comunicacional, está mal justificado nalgumas rubricas, a médio prazo é estruturalmente frágil e está distante em algumas medidas das preocupações reais da população. -----

----- O grupo municipal então Chega continuará a fazer aquilo que alguns aparentemente desistiram de fazer que é escrutinar, perguntar, exigir e denunciar, porque o dinheiro não é do executivo senhor Presidente. O dinheiro é dos munícipes e nós não vamos abdicar dessa responsabilidade. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que são alguns pontos muito rápidos que queria ali deixar e esclarecer. Em relação à intervenção do senhor deputado Joaquim Paulino, antes de mais, nós PSD também nos queremos solidarizar com as pessoas da zona centro que neste momento estão a passar por bastantes dificuldades e inclusivamente tivemos oportunidade na passada sexta-feira de enviar para aquela zona todas as lonas publicitárias do PSD, da propaganda do PSD nas autárquicas e outras que tínhamos já na nossa posse para aquela zona para ajudar as pessoas e desafiamos também todos os partidos se puderem ajudar aquela gente que eles estão bastante necessitados de lonas e, portanto, é sempre bom quando nós podemos sentirmo-nos úteis na ajuda a pessoas que estão tão necessitadas neste momento. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta da Mexilhoeira Grande, quero dizer que como na altura, sempre dissemos que íamos defender aqui os interesses da Mexilhoeira e daí a nossa intervenção quando estavam a ser retirados dinheiros à Mexilhoeira para serem usados noutras freguesias, e como vê estamos a cumprir. Também na minha intervenção referi projetos da Mexilhoeira e estamos aqui a viabilizar este orçamento também por concordar que ele também é justo para com a Mexilhoeira e esperemos que seja efetivamente executado o orçamento e vai ser essa a nossa guerra, daqui para a frente é pela execução, porque infelizmente temos um passado histórico que não abona a favor dos executivos da Câmara de Portimão, mas vamos ver, vamos acreditar que desta vez vai ser diferente e estaremos aqui para avaliar isso. -----

----- Quanto às provocações aqui do Partido Chega, eu gostava de se me permitem e peço imensa desculpa por estar com esta popularidade, eu acho que vocês devem-se preocupar com a vossa casa sinceramente, com um partido que pode ser conhecido agora pelo partido semáforo, uma vez que afinal vota a favor, vota abstenção, vota contra o mesmo documento, não é, parece aquelas três luzinhas dos semáforos, vocês preocupem-se com vocês, o PSD assume sempre as suas responsabilidades, já cá andamos há muitos anos, não temos qualquer problema em assumi-las e quanto a negociatas nós não fazemos negociatas, mas eu vou-lhe explicar senhor deputado. Na democracia, a democracia exige diálogo,



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



é assim que se gera consensos e foi isso que o PSD fez nesta discussão deste orçamento e tudo aquilo que for para defender dos portimonenses e que for melhor para os portimonenses, nós, independentemente dos interesses partidários que nós possamos ter e do ruído que nós queiramos fazer, ou do barulho, mas primeiro está o interesse dos portimonenses, senhor deputado, mas depois de resolver os seus problemas pode falar de nós. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, deixe-me lá só desabafar que é para não ficar aqui com esta mágoa de não dizer qualquer coisa. Ó senhor Presidente, eu acho que tantas intervenções que ouvi aqui de alguns partidos, é só porque não querem construir, gostam mais de destruir, porque da responsabilidade que tive nas reuniões e gostava que tivessem vindo também, se calhar pelo desconhecimento que têm e de só agora terem algumas autarquias e, portanto, podem perguntar nas outras autarquias como é que os procedimentos se fazem e como é que as coisas se executam, porque é que as licenças muitas das vezes têm que ser renovadas aos mesmos, mas isto é com concursos, não é porque queremos, estou-me a lembrar, por exemplo das licenças da Microsoft, porque quem trabalha com estes serviços, mas são os técnicos que nos dizem, não são os políticos. Nesta casa há bons técnicos e, portanto, senhor deputado só peca por desconhecimento, mas não vou estar agora aqui a entrar nisto, porque eu estou cá para construir e acho que quando somos eleitos é para lutar pelo futuro melhor dos portimonenses e é isto que queremos fazê-lo e não votar contra por votar contra, ou quando temos reunião que foi o caso, quando tivemos reunião houve dois partidos que nos trouxeram propostas por escrito. -----

----- O senhor deputado sabe que com o seu partido estivemos em conversa de todos os assuntos que nos perguntaram, o que foi solicitado respondi, mas a nível de propostas não apareceram e sabe bem o que é que disse no início da reunião e, portanto, que isto fique aqui bem esclarecido, vamos lutar por Portimão, vamos lutar pelos portimonenses, mas não venhamos com demagogia. Quem quiser construir um futuro, comigo tem a porta aberta. Quem não quiser construir um futuro, pois tudo bem a democracia é mesmo assim, a democracia temos quem ganha e temos quem perde. Depois, podemos ter consensos ou não, mas eu não faço jogatanas políticas nem ando aqui à espera de qualquer jogo, ou de qualquer voto. Os senhores tinham um orgulho enorme em que o orçamento chumbasse que era para o município parar. Portanto, sejam responsáveis, se é isso que pretendem sejam responsáveis, acho muito bem que assim o façam. Portanto, senhor Presidente, agradeço muito esta reunião e da minha parte tenho tudo dito, não sei se quer dizer mais alguma coisa senhora Vice-Presidente, a parte técnica, mas está tudo dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **João Pedro Baía Mendes Nunes Martins**, em resposta ao senhor deputado Vítor Couto, os cargos no conselho de administração da EMARP, discordam e em resposta ao senhor Presidente nós tínhamos um plano eleitoral cheio de propostas para o município e nem uma foi incluída. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, eu não tenho que olhar para os programas dos outros partidos, eu tenho que quando faço



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



as reuniões receber propostas dos outros partidos e é isso que aconteceu e há uma coisa que eu lhe quero garantir. A EMARP é uma empresa municipal e onde tem três administradores. Foi convidado um membro do executivo que é isso que sempre temos feito, já outras vezes tivemos outros elementos que não são da mesma força partidária para estarem na EMARP, porque tenho a certeza que se calhar se fossem só três do PS, os senhores fariam o quê? Votavam contra também, mas a administração tinha que ser constituída, estava tudo bem. Tenho dito, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que tem tentado evitar, mas já que são chamados à coação e eles não têm medo, senhor deputado João Martins, para seu esclarecimento, penso que às tantas pela sua intervenção julgo que não sabe, os membros do conselho de administração da EMARP eles não são remunerados nem sequer têm senhas de presença. Portanto, está tudo dito sobre isso. -----

----- Quanto à sua inabilidade ou à vossa inabilidade de negociar ou de tentar gerar consensos na democracia, pois, isso é uma questão vossa, às tantas é fruto da vossa inexperiência até ao momento, mas acreditemos que no futuro seja um parceiro credível e com quem se possa chegar a consensos. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado líder da bancada do Chega **João Pedro Baía Mendes Nunes Martins**, em sede do exercício do estatuto de direito da oposição, não é forçosamente obrigatório que se apresente por escrito as propostas. Queremos esclarecimento. Uma reunião de uma hora e fala-se depois decoro nesta casa. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação o **Ponto 2-a)** - Discussão e Votação das Demonstrações Orçamentais e Financeiras Previsionais e das Grandes Opções do Plano do Município, para o quinquénio de 2026 a 2030, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 64/26**, tendo obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação "Unidos Por Portimão"	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	0	0	0	0	0	14
ABSTENÇÕES	0	0	4	0	0	0	4
VOTOS CONTRA	0	7	0	1	2	1	11

----- **Foram aprovadas, por maioria**, as Demonstrações Orçamentais e Financeiras Previsionais e das Grandes Opções do Plano do Município, para o quinquénio de 2026 a 2030, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 64/26**. -----

----- Não esteve presente a Senhora Deputada Municipal da Bancada do Chega, Ana Paula Lamy Marques.



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- **No Seguimento desta votação, a bancada da Coligação “Unidos Por Portimão, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra: «Em nome da transparência, da devida prestação de contas e da boa gestão autárquica a Coligação Unidos por Portimão vota CONTRA pelas razões aqui referidas.**-----

- Analisando os compromissos assumidos no Programa Eleitoral do Partido Socialista (PS) para as autárquicas 2025–2029 – que politicamente representam os anseios dos eleitores que lhes deram a representatividade política, para governar no mandato 2025-2029 – cabe-nos exercer com rigor o nosso papel de deputada municipal, enquanto membro fiscalizador da gestão do executivo camarário, avaliando o conteúdo do Orçamento da Despesa e do Plano Orçamental Plurianual 2026– 2030 (designado PPI), bem como a sua viabilidade temporal e financeira.-----

----- Noutras palavras, pretendeu-se verificar se o programa eleitoral era intencionalmente exequível ou representava uma mera aspiração no âmbito da campanha eleitoral.-----

----- **PERGUNTAS PARA UMA ANÁLISE FUNDAMENTADA:** -----

- 1.Os compromissos do programa têm correspondência orçamental rastreável? -----
- 2.O faseamento do investimento é compatível com prazos políticos “até 2028/2029”? -----
3. Que riscos financeiros e de execução emergem de um **orçamento pouco sólido?** -----

----- **METODOLOGIA UTILIZADA:**-----

A metodologia utilizada foi a da “rastreadibilidade”, com base em 4 critérios de análise:-----

I. **Identificação dos compromissos do programa com impacto financeiro** (investimento, manutenção, recursos humanos, contratação, equipamentos). -----

II. **Pesquisa e mapeamento para projetos/rubricas do PPI e, quando aplicável, para despesas estruturais** (p.ex. segurança/capacitação institucional) quando o PPI não apresenta rubrica nominada. ----

III. **Extração de dotações plurianuais (2026–2030) e respetivo faseamento anual** quando disponíveis no PPI. -----

IV. **Comparação quantitativa** (tarefa quase impossível) limitada pelo facto de o programa eleitoral não apresentar custos estimados (na maioria das medidas); nesse caso, a comparação foi feita com base nos seguintes subcritérios:-----

o existência de dotação;-----

o magnitude relativa; -----

o compatibilidade temporal (se o dinheiro aparece até 2029 ou é empurrado para 2030). -----

Importa salientar que a metodologia observa, também, eventuais fatores exógenos importantes para a análise. -----

----- **DIAGNÓSTICO – PROGRAMA ELEITORAL PS:**-----

COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO PS NO PROGRAMA ELEITORAL (mandato 2025-2029)-----

Vejamos, portanto, os 24 principais compromissos com relevância orçamental.-----

Governança e modernização administrativa:-----



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



1. Criação do "Portal da Transparência Municipal"; -----

2. Redução dos tempos de licenciamento em 50% no primeiro ano. -----

Habitação: -----

3. Compromisso explícito de entregar 1 000 casas até 2029 no âmbito do Programa Habitacional Estratégico, com detalhe de componentes: "300 fogos para arrendamento acessível" (referindo "Coca Maravilhas" e "25 de Abril");-----

4. Entregar "200 casas para venda a custos controlados no Vale de Lagar"; -----

5. Referências adicionais a casas para jovens/classe média em Alvor, Mexilhoeira Grande e centro. -----

Educação e infância: -----

6. Garantia de vaga pré-escolar para todas as crianças; -----

7. Abertura de "novas creches" em zonas específicas; -----

8. Compromisso com bolsas de mérito e reforço de bolsas existentes. -----

Desporto e equipamentos estruturantes: -----

9. "Piscina Coberta de Alta Competição no Barranco do Rodrigo"; -----

10. Outros investimentos (Quinta do Amparo; Alvor; Bairro SAAL). -----

Urbanismo e ambiente:-----

11. Conclusão da revisão do PDM;-----

12. Requalificação integral da Zona Ribeirinha; -----

13. Qualificação permanente da Praia da Rocha; -----

14. Requalificação do Largo Gil Eanes e Jardim Sárrea Prado; -----

15. Requalificação do núcleo Auditório/Viveiro/Jardim das Águas Livres. -----

Património e cultura: -----

16. Requalificação da Fortaleza de Santa Catarina; -----

17. Requalificação/valorização da Villa Romana da Abicada até 2028; -----

18. Reforço da Casa Manuel Teixeira Gomes; -----

19. Criação de novos núcleos museológicos. -----

Inovação, economia e "cidade inteligente" -----

20. "Portimão Cidade Inteligente"; -----

21. Expansão do "Bairro Digital"; -----

22. Criação de centro municipal de inovação/FabLab; -----

23. Implementação de áreas empresariais/logísticas/tecnológicas. -----

Fiscalidade:-----

24. Referência a "redução gradual e responsável de impostos municipais" (sem especificar quais, nem impacto).-----

CONCLUSÃO PRÉVIA-----

O Programa eleitoral continha metas físicas importantes (p.ex. 1 000 casas; 50% licenciamento), mas **não**



**dizia como é que se iria pagar.**-----

Portanto, teremos necessariamente de observar o que está PREVISTO, ORÇAMENTADO e em que ARCO TEMPORAL, ou seja, verificar a **prova de viabilidade impressa no Orçamento/PPI.**-----

**FATORES EXÓGENOS IMPORTANTES** -----

CONSTRANGIMENTOS FINANCEIROS ESTRUTURAIS-----

A Deliberação 64 explicita que o Município mantém um empréstimo de assistência financeira no âmbito do Fundo de Apoio Municipal (FAM), com **saldo remanescente previsto no final de 2025 de cerca de 70,5 M€,** e refere **encargos anuais “na ordem dos 4 M€” durante aproximadamente 18 anos,** sublinhando a necessidade de gestão “rigorosa, responsável e sustentável”.-----

**ORÇAMENTO DA DESPESA E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL 2026– 2030**-----

PERFIL E AMBIÇÃO DO INVESTIMENTO PLURIANUAL -----

O **PPI 2026–2030** prevê um total de **261 358 102 € de investimentos no horizonte 2026–2030,** com faseamento anual:-----

35 445 102 € (2026); -----

65 328 000 € (2027); -----

55 782 000 € (2028); -----

55 876 500 € (2029); -----

48 926 500 € (2030). -----

Isto significa que cerca de 18,7% do investimento do PPI ocorre em 2030, ano que fica fora do mandato autárquico 2025–2029. -----

Esta “cauda” em 2030 não é, por si, irregular (o plano é 2026–2030), mas é **politicamente e operacionalmente relevante,** uma vez que parte do que o programa eleitoral promete “até 2028/2029” pode estar, na prática, orçamentado para depois do mandato. -----

**PRIORIDADES DECLARADAS NO PPI**-----

A nota explicativa realça uma “forte aposta na habitação” (Estratégia Local de Habitação e novos fogos), valorização do espaço público, requalificação urbana e melhoria da mobilidade, manutenção de apoios sociais na educação, e refere ainda compromisso com sistemas de videovigilância e implementação de Polícia Municipal (**como orientação**), além do reforço de meios de Proteção Civil.-----

**CRITÉRIOS DE ANÁLISE PREVISTOS NA METODOLOGIA**-----

PRINCIPAIS DOTAÇÕES DO PPI ASSOCIADAS A COMPROMISSOS DO PROGRAMA-----

A leitura do gráfico é simples: habitação domina (um único projeto mobiliza 30,2 M€), seguido por investimentos estruturantes como o novo cemitério, grandes obras viárias e projetos-âncora (Barranco do Rodrigo, Fortaleza, etc.).-----

Estes são, de facto, os projetos que, **se falharem em execução, fazem cair o programa político inteiro.**- MATRIZ DE RASTREABILIDADE E “COMPATIBILIDADE” PROGRAMA – PPI-----



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



A tabela seguinte mostra a correspondência entre compromissos do programa (PS) e rubricas/dotações identificadas no PPI (Deliberação 64). Onde não existe rubrica nominada, é assinalada a lacuna. -----

Compromisso (PS 2025–2029)	Programa (pág.)	Rubrica/Dotação no PPI 2026–2030	PPI (pág.)	Total PPI 2026–2030 (€)	Nota crítica
Criar o Portal da Transparência Municipal	p.4	1.1.1./006 – 18/008 Aquisição de Hardware (Projeto 'Cidades Inteligentes')	p.94	1 900 000	<b>Alinhamento apenas indireto:</b> há investimento “smart”, mas não há rubrica nominada para “Portal da Transparência” (rastreadibilidade fraca).
Reduzir os Tempos de Licenciamento em 50% no primeiro ano	p.4	Não identificado no PPI por rubrica nominada		<b>0</b>	<b>Sem investimento explícito no PPI</b> para simplificação/licenciamento; pode depender de despesa corrente/recursos humanos, mas não é demonstrável só pela Deliberação 64.
Entregar 1 000 casas até 2029 (Programa Habitacional Estratégico)	p.9	2.4.1./002 – 23/007 Empreendimento Social Bairro Coca Maravilhas (obras)	p.98	30 200 000	Forte dotação; mas o orçamento não traduz <b>a meta física em “n.º de fogos” por projeto, impedindo validação</b> custo/unidade vs meta 1 000 casas.
Aquisição/bolsa habitacional (medidas complementares)	p.9	2.4.1./007 – 24/010 Estratégia Local de Habitação – Aquisição	p.99	5 005 000	<b>Faseamento muito concentrado em 2029–2030;</b> pode chocar com metas de entrega até 2029.
Requalificação do Parque Habitacional Municipal	p.9	2.4.1./006 – 24/007 Requalificação do Parque Habitacional (obras + projeto)	p.99	4 005 000	Correspondência direta; bom arranque em 2026–2027, mas <b>baixa após 2028.</b>
<b>Campus Universitário do Barranco do Rodrigo</b>	p.17	1.1.1./016 – 25/002 Campus Universitário UALG	p.95	374 000	<b>Dotação pequena para um “campus”;</b> sugere fase inicial (estudos/projeto) e/ou dependência de financiamento externo não demonstrado no programa.



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Compromisso (PS 2025–2029)	Programa (pág.)	Rubrica/Dotação no PPI 2026– 2030	PPI (pág.)	Total PPI 2026– 2030 (€)	Nota crítica
Piscina Coberta de Alta Competição (Barranco do Rodrigo)	p.15	2.5.2./008 – 26/006 Piscina Coberta (obras + projeto)	p.104	3 565 000	Há verba; mas “alta competição” pode elevar custos e riscos técnicos. <b>Programa não apresenta estimativa, mas o valor parece extremamente reduzido.</b>
<b>Parque Urbano do Barranco do Rodrigo</b>	p.19	2.4.6./011 – 22/011 Parque Urbano (obras + projetos)	p.102	6 685 000	<i>Back-loading</i> : <b>grande parte do investimento está em 2029–2030</b> ; risco de resultados tardios no mandato.
<b>Requalificação integral da Zona Ribeirinha</b>	p.19	2.4.2./004 – 19/015 Zona Ribeirinha (obras + projetos)	p.99	4 115 000	<b>Faseamento principal em 2028–2030</b> ; risco de execução tardia vs expectativa política.
<b>Largo Gil Eanes + Jardim Sárrea Prado</b>	p.19	19/002 (Gil Eanes) + 23/024 (Sárrea Prado)	p.99 / p.102	4 446 000	<b>Alinhado, mas com “inscrições simbólicas”</b> (p.ex. 500€ em 2026 no Jardim), sinal de maturidade insuficiente/cronograma frágil.
<b>Auditório + Viveiro + Jardim das Águas Livres</b>	p.19	19/005 (Viveiro+Águas Livres) + 18/058 (Auditório)	p.101 / p.103	4 900 502	Alinhamento, mas o Viveiro/Águas Livres tem <b>grande parcela em 2030 (fora do mandato)</b> .
Praia da Rocha: elevador + estabilização arribas	p.19	23/020 Elevador + 26/005 Arribas	p.106 / p.102	2 710 000	Cobre acessibilidade e segurança; a qualificação “integral” pode exigir mais rubricas que não surgem aqui.
Fortaleza de Santa Catarina	p.25	2.5.1./011 – 24/029 Fortaleza	p.103	6 035 000	Programa aponta “até 2028”; PPI tem pico em 2029 (3,0 M€) → risco temporal.
Villa Romana da Abicada	p.25	2.5.1./006 – 22/014 Abicada	p.103	2 089 000	Alinhamento direto, faseado até 2029.
Casa Manuel Teixeira Gomes	p.25	2.5.1./003 – 18/061 Casa MTG	p.103	3 625 000	Alinhamento direto.



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Compromisso (PS 2025–2029)	Programa (pág.)	Rubrica/Dotação no PPI 2026– 2030	PPI (pág.)	Total PPI 2026– 2030 (€)	Nota crítica
Videovigilância	p.10	1.2.1./004 – 24/005 Videovigilância	p.96	1 630 000	Dotação relevante; mas a “Polícia Municipal” (referida no enquadramento) não surge como rubrica nominada no PPI. (Delib.64, p.10.)
Desfibrilhadores/DAE (aquisição + programa municipal)	p.13	18/012 + 24/004 (programa municipal)	p.96	1 315 000	Boa correspondência financeira.
Iluminação / eficiência energética	p.10	24/035 + 25/033	p.105	4 126 500	Investimento significativo; metas climáticas amplas continuam sem custeio e indicadores formais no programa.
Estacionamento: +2 500 lugares	p.22	25/014 Execução de Parques de Estacionamento	p.100	1 810 000	Programa tem meta física; PPI não tem “n.º de lugares” nem localização → não dá para verificar compatibilidade financeira.
Novo Cemitério Municipal	p.20	18/051 Novo Cemitério	p.101	10 991 000	Muito concentrado em 2029–2030; risco de derrapar para 2030.

### MAPEAMENTO E COMPARAÇÃO QUANTITATIVA ENTRE PROGRAMA E ORÇAMENTO-----

-A tabela evidencia um padrão: onde existem projetos com nome e dotação, há boa rastreabilidade (habitação, cultura, parte da mobilidade e requalificação urbana). -----

Onde o programa promete reformas organizacionais (licenciamento, transparência, polícia municipal, fiscalidade), a rastreabilidade desaparece. Risco crítico de “backloading” para 2030. -----

O “back-loading” é a prática de colocar a maior fatia do financiamento no último ano do plano (ou no ano seguinte ao ciclo político), o que cria risco objetivos, tais como, i) o projeto não arranca; ii) o projeto arranca, mas não conclui; ou iii) o projeto fica dependente de futuras revisões orçamentais. -----

Peso do investimento em 2029–2030 em projetos-chave -----

### Tabela de apoio (projetos selecionados): -----

PROJETO	TOTAL (€)	2030 (€)	PESO 2030	PESO 2029+2030
Viveiro+Águas Livres (19/005)	2 236 000	1 750 000	78,3%	98,4%



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Novo Cemitério (18/051)	10 991 000	5 200 000	47,3%	94,6%
Parque Urbano Barranco do Rodrigo (22/011)	6 685 000	3 000 000	44,9%	89,8%
Piscina Coberta (26/006)	3 565 000	1 500 000	42,1%	84,2%
Parques Estacionamento (25/014)	1 810 000	600 000	33,1%	66,3%
Zona Ribeirinha (19/015)	4 115 000	1 350 000	32,8%	65,6%
Fortaleza Sta. Catarina (24/029)	6 035 000	1 000 000	16,6%	66,3%

Isto é particularmente problemático quando o programa anuncia prazos como "até 2028" (Fortaleza; Abicada) e "até 2029" (1 000 casas), porque parte relevante da despesa planeada é empurrada para 2029/2030.

### **AVALIAÇÃO CRÍTICA DE COERÊNCIA, SUSTENTABILIDADE E PRINCIPAIS LACUNAS**

#### **COERÊNCIA POLÍTICA E ORÇAMENTAL**

Há convergência forte entre programa e orçamento nos grandes investimentos urbanos e patrimoniais: Habitação e Estratégia Local de Habitação têm expressão orçamental material (p.ex. Coca Maravilhas com 30,2 M€).

Requalificações estruturantes (Zona Ribeirinha; Largo Gil Eanes; Praia da Rocha) surgem como projetos identificáveis no PPI.

Cultura e património (Fortaleza; Abicada; Casa MTG) apresentam correspondência direta no PPI.

#### **PRINCIPAIS FRAGILIDADES DO ORÇAMENTO FACE AO PROGRAMA**

A seguir estão os pontos fracos que, numa avaliação técnica, são os que mais facilmente comprometem a execução.

A primeira fragilidade e a mais clara é a **ausência de custos no programa** e, paralelamente, a falta de traduções orçamentais nominadas para compromissos "institucionais". Exemplos:

#### **Licenciamento (-50% no 1.º ano):**

O programa fixa uma meta operacional ambiciosa (prazo e percentagem), mas a Deliberação 64 não permite rastrear investimento afeto (digitalização, reengenharia processual, reforço de equipa, formação, consultoria, etc.).

Isto é um risco de execução, porque metas de serviço dependem sobretudo de despesa corrente e recursos humanos (RH), não apenas de investimento.

#### **Portal da Transparência:**

O PPI tem rubricas "smart city/hardware", mas não existe rubrica nominada para um portal de transparência, o que reduz transparência orçamental: não é possível saber se está financiado, em que



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



montante, e com que cronograma. -----

**Polícia Municipal:**-----

A Deliberação 64 refere compromisso de implementação no texto explicativo, mas não há rubrica PPI nominada que permita quantificar custos de instalação (equipamento, instalações, comunicações) e, sobretudo, não há evidência direta do impacto em despesa corrente (pessoal).-----

Tradução técnica: sem uma rubrica rastreável, isto fica demasiado dependente de futuras alterações orçamentais e decisões de estrutura orgânica.-----

A segunda fragilidade é o **back-loading relevante para 2030**, que cria incompatibilidade temporal com promessas “até 2028/2029”:-----

Viveiro/Águas Livres praticamente só tem impacto em 2029–2030, com 78% em 2030. (Programa PS, p.19; Deliberação 64, PPI, p.101.) -----

Novo Cemitério: quase 95% em 2029–2030. (Deliberação 64, PPI, p.101.) -----

Parque Barranco do Rodrigo: cerca de 90% em 2029–2030. (Programa PS, p.19; Deliberação 64, PPI, p.102.)-----

A terceira fragilidade é a **incompatibilidade potencial de escala em projetos muito ambiciosos** com dotação que parece “de arranque”: -----

Campus Universitário: 374 mil euros para 2026–2030 é compatível com estudos/projetos, não com implantação de campus (a menos que o grosso seja financiado por terceiros). O programa diz “Campus Universitário”, mas não apresenta custeio nem fontes. (Programa PS, p.17; Deliberação 64, PPI, p.95.)

A quarta fragilidade é a **meta física sem variável orçamental verificável:** -----

2 500 lugares de estacionamento: o programa fixa uma meta física; o PPI tem 1,81 M€ para “Execução de Parques de Estacionamento”, mas não identifica capacidade (lugares), localização nem fases por parque. Sem estudos e custos unitários, não é possível afirmar compatibilidade financeira. -----

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E RISCO DE EXECUÇÃO-----

O **risco financeiro não é abstrato:** a Deliberação 64 assume explicitamente um quadro de dívida FAM e encargos anuais na ordem dos 4 M€, exigindo gestão rigorosa. (Deliberação 64, p.10.) Isso condiciona a execução em três planos: -----

**Se a receita ou transferências falharem** (ou se o ritmo de execução for inferior ao previsto), os projetos “back-loaded” são os primeiros a ser adiados.-----

**A capacidade de lançar obra pública em volume elevado no mesmo ciclo** (2027–2029 tem picos fortes no PPI) exige estrutura técnica e contratação pública altamente eficaz; caso contrário, o orçamento pode tornar-se numa lista de intenções com baixa execução real. --- **Sem custos no**

**programa, aumenta o risco de haver “deslocação orçamental”:** verbas desviadas para pressão corrente (pessoal/serviços) em detrimento de investimento, sobretudo num contexto de encargos permanentes de dívida. -----

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS DA ANÁLISE COMPARATIVA-----



A comparação mostra um quadro misto:-----  
Há forte alinhamento material em áreas de investimento clássico — habitação, requalificação urbana, património cultural, algumas infraestruturas de mobilidade — com projetos identificáveis e dotações relevantes no PPI 2026– 2030. Isto dá credibilidade financeira a várias medidas, sobretudo onde o orçamento tem “nome e número”. -----

Ao mesmo tempo, **existem fragilidades que não devem ser ignoradas**:-----  
O programa eleitoral define metas operacionais (licenciamento -50%) e institucionais (portal transparência, polícia municipal, redução de impostos) sem custos associados, e o orçamento (PPI) não as torna rastreáveis por rubrica nominada. Na prática, isto impede “auditoria ex ante” da viabilidade dessas promessas. -----

Há *back-loading* substancial para 2030 em projetos que o programa trata como prioritários no mandato 2025–2029, criando risco objetivo de execução tardia e desalinhamento temporal.-----

Algumas ambições de escala (p.ex. “Campus Universitário”) surgem com dotação que parece apenas preparatória, o que só seria coerente se existirem fontes externas e cronograma formalmente assumidos — que não estão quantificados no programa.-----

Em síntese verifica-se que há dinheiro para várias obras, mas **não há provas documentais suficientes de que** todas as promessas de governação e serviço público (processos, pessoas, operação) **estão financeiramente desenhadas**. Para além disso, existe um **padrão relevante de investimento empurrado para o último ano do plano (2030)**, que enfraquece a promessa política “até 2028/2029”.-----

## CONCLUSÃO E SINTESE-----

### 1. DESFASAMENTO TEMPORAL (QUE PARECE NÃO SER POR ACASO) -----

O programa eleitoral cobre um período entre 2025–2029. Já o plano orçamental cobre um período entre 2026–2030. -----

Esse facto parece indiciar que:-----

I. o primeiro ano político (2025–2026) é tratado como um “ano de transição”-----

II. várias promessas fortes do programa foram empurradas para 2027 ou mais-----

III. no orçamento, aparecem muitas rubricas “programáticas” sem compromisso financeiro real no curto prazo -----

**Em termos políticos o programa promete no ciclo eleitoral; já o orçamento empurra para o fim do mandato.**-----

### 2. NO PLANO ORÇAMENTAL ENCONTRAMOS PROMESSAS COM FORTE CARGA FINANCEIRA SEM TRADUÇÃO ORÇAMENTAL CLARA-----

O Programa do PS refere «políticas públicas estruturantes», tais como:-----

reforço de políticas de habitação acessível;-----

requalificação urbana e espaço público;-----



equipamentos sociais e educativos; -----  
mobilidade sustentável e transição climática;-----  
reforço de serviços municipais e proximidade.-----

Entretanto no orçamento:-----

o investimento existe, mas é genérico e concentrado em grandes blocos;-----

muitas dessas prioridades não aparecem individualizadas nem calendarizadas;-----

não há correspondência direta entre as promessas (do programa eleitoral → os projetos necessários para cumprir essas promessas → a verba necessária → o ano em que a promessa se vai cumprir). -----

Os factos contrariam a narrativa de execução. Parece-nos que o interesse político-eleitoreiro se sobrepõe ao interesse público da população. -----

### 3. USO EXCESSIVO DO SALDO TRANSITADO COMO "ALMOFADA" PARA CUMPRIR O PROGRAMA-

O orçamento 2027-2030 assenta fortemente em:-----

salDOS transitados muito elevados;-----

receitas de capital quase inexistentes;-----

despesa de investimento altíssima.-----

Se por um lado o programa eleitoral promete políticas públicas robustas, por outro, o orçamento implicitamente deixa transparecer que os projectos só serão executados se existir saldo.-----

Problema: -----

o programa (eleitoral) não refere limites financeiros; -----

por sua vez o orçamento não consegue demonstrar como é que o saldo se mantém com um nível de despesa elevadíssimo; -----

não foram previstos cenários alternativos para o caso de a execução não correr conforme planeado.---

Em suma, o partido do governo anunciou na campanha eleitoral um programa politicamente maximalista, mas com um orçamento tecnicamente muito frágil.-----

### 4. POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS: PROMESSA (NO PROGRAMA ELEITORAL) VS. CAUTELA ORÇAMENTAL -----

O programa eleitoral aparentava valorizar:-----

serviços públicos fortes;-----

reforço de quadros de pessoal; -----

proximidade ao munícipe.-----

Mas, a verdade dos factos aparece no programa orçamental:-----

o mapa de pessoal prevê 240 postos; -----

o orçamento da despesa com pessoal cresce pouco;-----

não há explicação clara de quando e como essas contratações se refletem no ciclo plurianual. -----

**Há um forte desfasamento entre o discurso político e a prudência orçamental que trará problemas governativos significativos e contraria a «anunciada» transparência política. -----**



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



### 5. GRANDES OPÇÕES VAGAS VS. EXECUÇÃO CONCENTRADA-----

O programa é detalhado em "o que fazer" e no "porquê fazer".-----

O orçamento é pesado no "quanto é que custa fazer" e leve no "para quê fazer".-----

As consequências são diversas:-----

O projeto orçamentado não tem uma narrativa política clara;-----

As promessas políticas não possuem linha orçamental que possa ser identificada;-----

A dificuldade na necessária prestação de contas no final do mandato.-----

### 6. RISCO JURÍDICO-POLÍTICO: EXPECTATIVAS CRIADAS SEM COBERTURA SEGURA-----

Obviamente que nada do que aqui foi referido torna o orçamento ilegal, mas torna-o muito vulnerável, por nos parecer incoerente, parecer fruto de propaganda eleitoral sem planeamento financeiro sólido e serem claras as dificuldades de execução que depois, mais à frente no mandato vão exigir, revisões, cortes ou reprogramações.-----

### 7. SITUAÇÕES DISCREPANTES: OUTRAS DESPESAS CORRENTES-----

Enquanto nas outras rubricas de 2027 a 2030 são feitos aumentos regulares de ano para ano, as «Outras Despesas Correntes» (onde segundo o documento estão incluídos os encargos com impostos e taxas suportados pelo Município, associados, entre outros, ao consumo de água, eletricidade e gás), têm aumentos aparentemente brutais de 2027 a 2029, sem que tenha sido dada uma explicação razoável para tal.»-----

(Valores em Euro)

	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%	2030	%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>										
Despesas com o pessoal	25 339 500	25,79%	25 871 629	17,38%	26 414 932	18,72%	26 969 645	18,85%	27 536 004	19,96%
Aquisição de bens e serviços	26 621 757	27,09%	31 678 495	21,29%	32 006 407	22,68%	32 257 688	22,55%	33 676 367	24,41%
Juros e outros encargos	40 700	0,04%	800 714	0,54%	760 930	0,54%	711 148	0,50%	671 367	0,49%
Transferências correntes	8 614 250	8,77%	15 450 359	10,38%	15 662 135	11,10%	16 126 635	11,27%	15 946 436	11,56%
Subsídios	272 600	0,28%	282 040	0,19%	282 080	0,20%	282 120	0,20%	282 160	0,20%
Outras despesas correntes	888 250	0,90%	2 521 278	1,69%	3 179 463	2,25%	3 737 811	2,61%	3 746 327	2,72%
<b>TOTAL DESPESAS CORRENTES</b>	<b>61 777 057</b>	<b>62,87%</b>	<b>76 604 515</b>	<b>51,47%</b>	<b>78 305 947</b>	<b>55,48%</b>	<b>80 085 047</b>	<b>55,98%</b>	<b>81 858 661</b>	<b>59,34%</b>

----- **No Seguimento desta votação, a bancada do PSD, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «O Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD) na Assembleia Municipal de Portimão apresenta a presente declaração de voto relativamente ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano para 2026-2030.-----

Desde o início deste processo, o PSD foi claro quanto à sua postura: uma oposição exigente, responsável e institucional, que não abdica da sua identidade política, mas que também não confunde fiscalização com



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



bloqueio nem divergência com irresponsabilidade.-----

- Ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, o PSD apresentou ao Executivo Municipal um conjunto de propostas estruturantes, devidamente quantificadas e financeiramente responsáveis, incidindo sobre áreas críticas para o concelho, designadamente a segurança, a mobilidade urbana, o estacionamento, a habitação, a educação, a qualificação do espaço público, os equipamentos coletivos e o planeamento estratégico de médio prazo.-----

O documento final agora submetido a votação não corresponde, em termos políticos, à visão estratégica do PSD para Portimão. Persistem divergências relevantes, nomeadamente quanto à concentração excessiva do investimento nos anos finais do mandato, à resposta insuficiente já em 2026 em áreas críticas como o parque escolar, a mobilidade e a habitação da classe média, bem como à dependência excessiva de decisões futuras e de revisões orçamentais.-----

Todavia, o PSD reconhece que o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano agora em apreciação integram projetos concretos e compromissos políticos relevantes que refletem contributos apresentados pelo partido, nomeadamente nas áreas da segurança, da habitação, da mobilidade, do estacionamento, da qualificação urbana, dos equipamentos coletivos e do planeamento estratégico. Em particular, o compromisso político assumido pelo Executivo quanto à implementação da Polícia Municipal neste mandato constitui um sinal político que o PSD não pode ignorar.-----

Neste enquadramento, o Grupo Municipal do PSD entende que, não estando perante um Orçamento que mereça a sua adesão política plena, também não se justifica um bloqueio institucional num primeiro Orçamento de ciclo, quando existem investimentos estruturantes previstos e compromissos assumidos que importa agora acompanhar, escrutinar e exigir que sejam cumpridos.-----

A opção pela abstenção traduz, assim, uma posição de responsabilidade institucional, permitindo a viabilização do documento, sem abdicar da exigência política, da fiscalização rigorosa e da defesa do interesse público municipal. Não se trata de um voto de concordância, nem de adesão política, mas de um voto consciente, transparente e assumido, que coloca o interesse dos portimonenses acima de cálculos partidários ou táticos.-----

O PSD exercerá um mandato vigilante e exigente, acompanhando a execução do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano, pugnando pelo cumprimento dos compromissos assumidos e intervindo sempre que se verifiquem atrasos, desvios ou omissões face às necessidades reais do concelho.-----

Por estas razões, e com respeito pelo interesse público municipal, o Grupo Municipal do PSD opta pela abstenção na votação do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para 2026–2030, assumindo este sentido de voto como um ato de responsabilidade política, institucional e democrática.-----

Portimão precisa de avançar.-----

O PSD estará presente para exigir execução, cumprimento e soluções concretas.»-----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que seguia para debate, o **Ponto 2-b)** Discussão e Votação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Recrutamento do Município de Portimão para o ano de 2026, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 65/26**, declarando abertas as discussões para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que a proposta que está ali em debate agora para o mapa de pessoal para 2026 no fundo, consubstancia ali os contributos que foram fornecidos ao executivo por várias unidades orgânicas da Câmara Municipal em relação às necessidades que havia do recrutamento de técnicos e de funcionários. Portanto, é uma proposta que é do executivo, que reflete no fundo a estratégia do executivo para recursos humanos da autarquia, só que nós temos aqui uma observação que é uma preocupação ao mesmo tempo que se prende concretamente com o número de funcionários a contratar para o departamento de gestão urbanística e mobilidade. Como é sabido particularmente aqui na gestão urbana é uma área, é uma unidade orgânica que tem graves carências de pessoal ao nível de arquitetos, por exemplo, ao nível de assistentes técnicos e a proposta que está aqui em causa propõe por exemplo três arquitetos para o departamento de gestão urbanística e mais um arquiteto para a unidade de regeneração urbana, portanto no total de quatro arquitetos. Parece-nos que, tendo em conta a dimensão e o atraso que há no trabalho desta unidade orgânica, parece-nos que será se calhar insuficiente. -----

----- Depois, fiscalização de obras particulares, um técnico superior da área de engenharia civil, arquitetura. Não vejo aqui qualquer referência ao reforço na carreira de fiscal municipal. Não sei se já há aqui uma orientação para passados e recompensas para eventualmente a Polícia Municipal mais tarde, mas se for o caso eu lembro que a Polícia Municipal não vai ser criada num ano, quer dizer, até entrarem em funções os agentes da Polícia Municipal vai demorar pelo menos, enfim, se calhar se tudo correr bem pelo menos uns dois anos, e há cada vez mais uma necessidade de reforço aqui dos recursos humanos na área da fiscalização tanto mais que com as alterações que tem havido a nível do RJUE impõem um maior número de recursos humanos na fiscalização sucessiva das operações urbanísticas e, portanto, parece-nos que era aqui também fundamental um reforço aqui nesta área. Portanto, a questão que se põe senhor Presidente é porquê estes números aqui tão pouco ambiciosos nessas áreas? Parece-nos que são insuficientes e relembro que no tocante aqui ao departamento de gestão urbanística e mobilidade, particularmente na divisão de gestão urbana é uma área que estava referenciada, é uma área fundamental em termos de urbanismo, de licenciamento de obras e, portanto, perguntava porquê estes números tão pouco ambiciosos. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Raquel Sousa Bernardino**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que começa por dizer com clareza que o seu voto será favorável. Eu sei que isto vai criar aqui alguma dissuasão para quem acha que a oposição se faz pela negativa, e será favorável por uma razão muito simples, digo-vos. Um município não consegue prestar bons serviços públicos sem pessoas e é em primeira linha competência do executivo, este que agora aqui está, conhecer a estrutura dos serviços, identificar as necessidades e propor os meios humanos para dar resposta ao que promete no orçamento e às grandes opções do plano. Dito isto, votar favoravelmente não



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



significa passar uma certidão de perfeição, significa dar condições para governar e, ao mesmo tempo dizer e continuar a dizer que cá estaremos para acompanhar, exigir resultados e corrigir o que for necessário. ---

----- O documento traz um ponto importante de transparência, o que valorizamos. Indica que existem mil cento e um postos de trabalho ocupados, mas que apenas novecentos e noventa e seis correspondem a trabalhadores efetivamente ao serviço, e explica porquê. Há doze lugares cativos por cedências de interesse público, mobilidade e licenças sem vencimento. Há onze cargos dirigentes por preencher e há oitenta e dois postos associados a procedimentos concursais e mobilidades em concurso. Esta explicação é útil, porque evita confusões e dá-nos uma fotografia mais realista do que se está a passar e de quais são os meios disponíveis. -----

----- Também é relevante e isto tem impacto direto no dia-a-dia, que desses novecentos e noventa e seis ao serviço, cerca de trezentos e oitenta e quatro estejam ligados ao pessoal não docente no âmbito da transferência de competências na educação e que exista ainda referências na área da saúde. Isto significa que parte considerável da energia de gestão de pessoas está a ser absorvida por responsabilidades que não existiam há uns anos e isso tem de ser assumido com honestidade quando se fala de tempos de resposta, de manutenção, de urbanismo, de limpeza e de fiscalização. -----

----- Quanto ao plano anual de recrutamento, o documento prevê duzentos e quarenta postos vagos ou a recrutar para eventuais recrutamentos por concurso ou por mobilidade interna com base nas necessidades que os serviços possam sentir. Eu compreendo o conceito de envelope, faz sentido não ficar amarrado, mas aqui a minha primeira crítica construtiva é a seguinte. Um envelope sem prioridades pode criar duas coisas que são más. Por um lado, cria expectativas públicas e reais na cabeça das pessoas, vão entrar duzentos e quarenta pessoas quando sabemos que isso pode não se transferir na realidade e segundo pode dispersar o esforço por demasiadas frentes e acabar por não resolver aqueles pontos de estrangulamento mais sentidos pelo munícipe. Por isso, mesmo votando favoravelmente deixo um pedido claro ao executivo, transformem este plano num plano com prioridades, não precisamos de um documento complicadíssimo, precisamos de uma lista de prioridades que faça sentido para a vida real, por exemplo, quais são as áreas onde o atraso está a prejudicar mais o cidadão? Urbanismo e licenciamentos, fiscalização, manutenção, reparações, limpeza urbana, espaços verdes, atendimento? E dentro disso quais é que são as contratações que têm impacto mensurável e imediato no município e aqui entro num ponto que considero essencial e que o documento não resolve, mas que na minha opinião deve ser analisado, o absentismo e não estamos a falar de apontar o dedo ao trabalhador, falamos de uma gestão responsável, porque antes de se aumentar a estrutura é necessário perceber várias coisas, nomeadamente, qual é o absentismo médio por serviço e por função, qual é o absentismo de curta duração e quanto é que é o de longa duração, quando está associado a condições de trabalho, envelhecimento da força laboral ou riscos ergonómicos e que medidas preventivas podemos nós utilizar para reduzir ausências sem desumanizar obviamente aquele que é o trabalho, porque o estudo sério de absentismo feito com método, com respeito, pode facilmente libertar aquela que é a capacidade interna em reduzir a pressão que temos por recrutamento, e, ao mesmo tempo



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



pode melhorar as condições de trabalho de quem cá está e reduzir substituições constantes que também têm custos e geram algum desconforto. -----

----- A proposta que deixo é muito concreta, que a Câmara apresente a esta Assembleia de preferência ainda em 2026, um diagnóstico de absentismo e de plano de medidas, não para penalizar ninguém obviamente, não é essa a ideia, mas para gerir melhor a saúde ocupacional, a organização de turnos, os equipamentos, a formação dos trabalhadores, etc. -----

----- Outro tema que o documento expõe e que tem que ser acompanhado são mobilidades e os lugares cativos. Quando temos doze postos cativos por cedências, mobilidade, licenças sem vencimento e quando há oitenta e dois postos em procedimentos a decorrer, isto significa que há aqui um meio termo permanente, ou seja, nem o serviço tem a pessoa, nem o município tem a vaga plenamente resolvida e isto claramente que ano após ano vai gerar alguma instabilidade. Qual é que é o plano que temos para fechar este ciclo, quanto tempo é que prevemos concluir esses procedimentos em curso e quantas são as mobilidades temporárias e quantas são para manter e onde é que estas ausências estão a criar maior fragilidade operacional. Isso são algumas respostas que gostaríamos de ter no documento e isto liga-se a um ponto que me preocupa particularmente, os onze cargos dirigentes por preencher, sem direção e coordenação os serviços não funcionam bem, obviamente nada funciona mesmo que haja muito boa vontade e a execução de projetos, a fiscalização de contratos, a contratação pública e a resposta do município dependem muito da liderança intermédia superior. Portanto, também aqui votamos favoravelmente, mas pedimos um compromisso, calendarização estratégica para preenchimento destes lugares com muita transparência. -----

----- Agora, deixo duas perguntas muito diretas porque isto toca no coração da continuidade do serviço público e na dignidade do trabalho, isto é aqui uma questão que me tem ocupado já há uns anos e tenho tido oportunidade de intervir, temos apenas um posto de cozeiro e temos apenas um posto de médico veterinário. Eu acho isto francamente um risco, não estou a dizer que seja impossível funcionar, mas é um risco evidente porque do ponto único de falha basta haver umas férias, uma baixa, acumulação de tarefas, etc. Estas duas funções não são pormenores, são serviços que mexem na saúde pública, no bem-estar animal, na dignidade do serviço e todos os outros, isto são só a título de exemplo. -----

----- Por fim, e para que não fique a ideia de apenas crítica, termino com uma ideia de compromisso que justifica o nosso voto favorável. Nós votamos, senhoras e senhores, porque é preciso dar capacidade à Câmara para gerir e se algum de nós oposição lá estivesse, queria o mesmo, votamos a favor com um princípio, não basta contratar, é preciso melhorar resultados e isto ficou explícito na minha intervenção e a nossa posição é esta, confiança institucional nesta instituição de que todos fazemos parte para avançar. Exigência democrática, para acompanhar temos quatro anos. Cá estaremos, não para criar o tal ruído que tem sido chamado à coação durante esta sessão por inúmeras vezes, mas para verificar se no fim do dia os cidadãos de Portimão sentem mesmo uma melhoria no serviço público e é este tipo de intervenção que devemos ter quando estamos numa Assembleia Municipal a representar pessoas e temos que perceber que



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



votaram em nós, e porque pagam impostos também, para fazermos um serviço digno e termos intervenções dignas quando aqui estamos. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da Iniciativa Liberal **Artur Jorge Moreira da Fonseca**, para dizer que concorda em parte com aquilo que a excelentíssima deputada Raquel Bernardino disse. No entanto, eu acho que, e isto é um hábito de quem trabalha no privado há muitos anos, que contratação sem métricas ou indicadores de desempenho por departamento não têm grande lógica, portanto nós sem sabermos efetivamente quais são as carências dos serviços e onde é que os serviços estão a falhar, nós não conseguimos identificar o número de pessoas necessárias para cada um dos serviços. Portanto, eu gostava de questionar se o executivo está em condições de partilhar com esta Assembleia os indicadores de desempenho com tempos médios de resposta, com processos em aberto, com serviços que estão condicionados por departamento, por direção, o que acharem pertinente, porque contratar ou identificar um conjunto de recursos humanos como o deputado João Caetano disse e bem, identificar quatro arquitetos para o urbanismo parece-me curto, mas isto é uma perceção que eu tenho, não que tenha dados para poder avaliar concretamente e, portanto, acho que era pertinente o executivo quando apresenta uma lista com um número de colaboradores a contratar identificasse exatamente as métricas de desempenho desses serviços para suportar a sua proposta. Obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, na realidade, o urbanismo é onde temos mais falta e para dar resposta às pessoas também e, portanto, concordamos todos, mas o que estamos a solicitar aqui é porque este ano já fizemos concursos, já entraram três arquitetos e mais um para a fiscalização de obras particulares, portanto já entraram quatro pessoas no urbanismo. Portanto, esses que estamos agora aqui a propor são mais esses que estamos a propor. -----

----- Depois, também queremos na realidade, porque temos a fiscalização municipal e temos a fiscalização de obras públicas. Queremos também juntar as fiscalizações com todos os membros para tirarem formação fiscais e para juntarmos tudo numa fiscalização só. -----

----- Depois, outra prioridade são as escolas e por isso aquilo que estamos a propor aqui, cinquenta e cinco pessoas são para as escolas, desde cozinheiras a assistentes, porque esta é uma necessidade mesmo que temos e que temos que colmatar e temos que trabalhar nisto. -----

----- O veterinário é mais um, porque temos um e a nível de coeiro temos três e estão-nos a solicitar mais um e mais um para o serviço administrativo. Tenho dito, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da Iniciativa Liberal **Artur Jorge Moreira da Fonseca**, senhor Presidente Álvaro Bila, eu penso que a minha pergunta não foi propriamente de difícil perceção e, portanto, eu gostava mesmo que me desse uma resposta, se a autarquia tem algum tipo de métricas de avaliação que possa identificar o número concreto de colaboradores consoante os problemas que cada departamento apresenta. Obrigada. -----



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, estamos a definir circuitos e estamos a implementar o mais fácil que é para depois podermos dar essas respostas já na avaliação de desempenho que temos por cada funcionário que é isso que também queremos fazer. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da Iniciativa Liberal **Artur Jorge Moreira da Fonseca**, atenção senhor Presidente que eu não me refiro às métricas de desempenho dos colaboradores, eu refiro-me a métricas de desempenho de serviços que é o número de processos que estão em aberto, o tempo de resposta de cada processo, é nesse sentido. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que é mesmo nesse sentido e por isso é que devem implementar, o mais fácil é mesmo para este sentido. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhor Presidente, eu agradeço o esclarecimento que o senhor Presidente deu em relação aqui ao departamento de gestão urbanística e pese embora o reforço que o senhor Presidente aqui referiu que já ocorreu, parece-nos, mas lá está, isto é uma perceção de quem tem um contacto mínimo com os serviços e decorre daquilo que já falámos dos munícipes, como profissionais da área, nomeadamente de arquitetos, engenheiros, parece-nos que este reforço, aquilo que já foi feito e aquilo que está aqui proposto afigura-se ainda assim insuficiente, e aquilo que eu acho preocupante é que não só o número de trabalhadores aqui a recrutar e os que já foram recrutados não são suficientes, como não nos parece, pelo menos daquilo que nos é dado a observar, não nos parece que haja aqui um plano de emergência para a unidade orgânica que permita, nomeadamente recuperar o trabalho que está em atraso, e eu recorde ó senhor Presidente, existiram durante uma série de tempo e não foram propriamente dois meses, uma série de técnicos superiores, nomeadamente da arquitetura que estiveram de baixa médica e ausentes ao serviço, obviamente há ausências justificadas, não é isso que está em questão, mas o facto de estarem ausentes implicou que houvesse atraso depois no nível de trabalho que estava feito nessa unidade orgânica e o que acontece é que não sei se há um plano do executivo para fazer face a esses atrasos e eu oiço recorrentemente empresários que desenvolvem projetos na área do urbanismo e construção em Portimão, obras particulares de profissionais, nomeadamente de arquitetos que não têm capacidade de resposta desta unidade orgânica para as solicitações que são feitas na Câmara e isto é dinheiro que fica, que é perdido e que fica parado ali nos serviços e, portanto, a pergunta é, estes recursos humanos são suficientes para atacar este atraso? Há algum plano de emergência para este serviço, para colmatar este atraso? Disse, muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que pode responder já ao senhor deputado, só porque na realidade, dos quatro que lhe falou, só um é que ainda entrou. Portanto, só o mapa de pessoal do ano passado estão para entrar mais três e é isso também concordando consigo, não podem levar tanto tempo a dar respostas às pessoas



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



e a levar com os processos que têm lá acumulados. É esse o trabalho, estamos a redefinir o processo todo para conseguirmos dar essa resposta. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e fazer uma breve intervenção para uma breve reflexão também. De facto, na opinião da bancada do Partido Socialista, as propostas que estão consignadas neste projeto revelam preocupação, vêm na linha da intervenção apresentada de uma forma tão séria que eu felicito a senhora deputada Raquel pela sua intervenção, estão dentro das nossas preocupações, são preocupações do executivo que todos nós subscrevemos e tenho a certeza que independentemente dos constrangimentos que todos nós sabemos que estão na base do recrutamento, da política de salários, daqueles macro problemas que envolvem todo o tecido da administração pública, dentro deste espírito construtivo e com interesse já manifestado e fluentemente apresentado pelo município, pelo executivo, vamos conseguir ultrapassar e criar essa política de prioridades no recrutamento e na dotação do município, dos recursos humanos que efetivamente são necessários para dar aquele salto qualitativo na resposta às ambições também que nós apresentámos no nosso orçamento e que estão lá refletidas, nomeadamente por uma série de medidas que tive oportunidade de apresentar na minha intervenção. Razão pela qual iremos subscrever e aprovar de uma forma muito concreta a proposta apresentada. Obrigado, senhor Presidente. -

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação o Ponto **2-b)** Discussão e Votação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento do Município de Portimão para o ano de 2026, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 65/26**, tendo obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação "Unidos Por Portimão"	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	7	4	1	2	0	28
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

----- **Foi aprovado, por maioria**, o Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento do Município de Portimão para o ano de 2026, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 65/26**. -----

-----Não esteve presente a Senhora Deputada Municipal da Bancada do Chega, Ana Paula Lamy Marques.-----

-----Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, informou que seguia para debate, o **Ponto 2-c)** Discussão e Votação da Proposta da Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 67/26**, declarando abertas as discussões para quem pretendesse usar da palavra. -----



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, este ponto aqui é um clássico do mês de janeiro, quem já está cá há vários anos sabe que isto é, enfim, é como o 31 de janeiro, em cada ano aparece sempre. Ó senhor Presidente, e eu, enfim, é com desagrado que noto mais uma vez que os senhores nem se dão ao trabalho de alterar a proposta e, portanto, eu vou ter que repetir aquilo que já disse noutros anos aqui, eu vou ter que perguntar novamente aquilo que já perguntei várias vezes. Diz-se aqui no ponto três da proposta o seguinte. «Importa acautelar o regular funcionamento dos serviços, existindo situações que exigem celeridade na sua concretização e cujo tempo de resposta não se compadece com os prazos necessários para a obtenção de legislação por parte da Assembleia». Fim de citação. A pergunta óbvia é, qual foi a situação em que o executivo tivesse ficado impedido de contrair uma despesa por demora ou por algum constrangimento na marcação de uma Assembleia para obter aprovação por parte deste órgão. Eu que já ando cá há alguns anos não me lembro de nenhuma situação destas, mas posso estar esquecido e, portanto, perguntava-lhe senhor Presidente, diga-me uma que tenha acontecido e, portanto, corrija-me se eu estiver enganado, mas mais importante do que esta questão que não fui eu que inventei, foi os senhores que puseram aqui e volto a dizer, isto vem de anos anteriores *ipsis verbis*, nem se deram ao trabalho e aquilo que eu acabei de dizer já disse em intervenções anteriores sobre este ponto em outras assembleias em anos anteriores, portanto estou a repetir-me também. Mais importante que isto, esta autorização genérica é um esvaziamento da fiscalização da Assembleia, porquê? Porque é uma competência da Assembleia aprovar compromissos plurianuais, não é ter conhecimento à posteriori, é aprovar e esta autorização genérica o que implica é que o executivo contraia esses compromissos que refletem mais que o orçamento e depois dar conhecimento à posteriori à Assembleia e, portanto, isto na nossa opinião é um esvaziamento de competências da Assembleia Municipal e, portanto, nós não aceitamos esse esvaziamento e, portanto, não concordamos com ele. -----

----- Retomava aqui a pergunta senhor Presidente, dê-nos um exemplo, que o executivo tenha ficado de mãos atadas, porque a Assembleia não foi convocada a tempo. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que a proposta que lhes é ali trazida pelo senhor Presidente relativa à autorização prévia genérica para compromissos plurianuais não é apenas um simples trâmite administrativo, é uma ferramenta que poderá impactar diretamente a capacidade de execução de projetos que todos nós, penso eu, consideramos vitais para os portimonenses. Vivemos um tempo que não se coaduna com táticas de bloqueio nem jogos de sombras. Esta proposta que hoje somos aqui chamados a discutir e a deliberar é o motor que permite ao executivo fazer o concelho avançar. Esta proposta é acima de tudo um teste à nossa maturidade política e à nossa capacidade de colocar o concelho à frente de qualquer interesse partidário. O PSD não é, nunca foi, nem nunca será um partido de protesto estéril. Somos um partido de soluções, de consensos, a nossa única preocupação são os portimonenses. ---

----- Compreendemos que a gestão de uma cidade exige agilidades, projetos estruturantes para Portimão não podem ficar reféns de trâmites burocráticos que possam paralisar a governação. Por isso, o PSD



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



assume aqui uma postura responsável, não seremos nós o entrave à governabilidade. Não será pelo PSD que este executivo durante este ano deixará de ter as condições necessárias para fazer o que tem de ser feito. O PSD não será força de bloqueio, pelo contrário, assumimos que queremos ser parte da solução, e para aqueles que nos acusam de sermos a moleta do Partido Socialista não temos problemas nenhuns em assumir que somos mesmo moleta, sempre que isso garanta a melhoria das condições de vida dos portimonenses. Se para Portimão avançar for preciso sermos a moleta, a cadeira de rodas ou o andarilho deste executivo, seremos tudo isso e mais alguma coisa sem qualquer receio, porque o PSD quer um Portimão de todos e para todos, não queremos nem aceitaremos um Portimão dividido entre o nós e eles. Recusamos a política do muro e da divisão. Para nós só existe Portimão e o superior interesse de quem aqui vive e trabalha. É esta a nossa convicção e confiamos que também seja este o desejo e objetivo deste executivo. Há quem prefira gastar o seu tempo com ameaças e insinuações nas redes sociais e com considerações que nada acrescentam ao debate, mas esta bancada não entra nesse jogo. É tempo de recuperar a confiança, é altura de deixarmos de desconfiar de tudo e de todos por pura maledicência e estratégia política. Uma democracia saudável exige que voltemos a confiar nas pessoas e nas instituições. Já dizia a minha mãe e a sabedoria popular nunca falha, quem não confia não é de fiar. -----

----- Não será pelo PSD que Portimão deixará de ter um investimento necessário. Não seremos força de bloqueio, porque a nossa responsabilidade é com quem nos elegeu para resolver problemas, não para os criar. Estamos aqui para construir, não para destruir como aqui já foi dito várias vezes, no entanto que ninguém confunda esta responsabilidade com passividade. No final deste ano cá estaremos com o mesmo rigor de sempre para fazermos a avaliação da execução. Nessa altura avaliaremos se essa autonomia foi usada para melhorar efetivamente a vida de quem trabalha e vive em Portimão, ou se foi apenas um instrumento de gestão sem visão estratégica. -----

----- Senhor Presidente, este voto a favor é um ato de confiança no executivo que vossa excelência lidera, mas não é um cheque em branco. Repito, o PSD não será força de bloqueio, mas será vigilante na fiscalização. Da lei decorre a exigência da Câmara dar conhecimento a esta Assembleia dos compromissos assumidos e nós exigiremos que esse conhecimento seja detalhado, transparente e periódico. -----

----- A flexibilidade que hoje aqui validámos deve ter como contrapartida uma prestação de contas imaculada. Se esta autonomia não se traduzir em melhoria real para a cidade, os portimonenses saberão quem falhou. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **João Pedro Baía Mendes Nunes Martins**, começamos logo por dizer que o nosso voto contra não resulta do desconhecimento do enquadramento legal, só para deixar frisar já bem essa questão, nem de ignorar que isto permite que poderão em abstrato, o que é que se poderá em abstrato transmitir estas autorizações, mas o nosso voto contra é uma opção política e consciente na defesa do papel fiscalizador que tem esta casa, que é a Assembleia Municipal. Nós não podemos pura e simplesmente passar a ser um órgão da ratificação formal do executivo, nós somos o órgão deliberativo máximo deste município, temos competências próprias e alienáveis em matéria de



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



fiscalização financeira e controlo político da atuação deste executivo. Por isso, consideramos que se concedermos uma autorização prévia genérica ampla e abstrata para assumir compromissos plurianuais, estamos na prática a retirar à Assembleia a possibilidade de apreciarmos caso a caso compromissos que podem envolver montantes elevados, impactos plurianuais e vínculos futuros do erário público. -----  
----- cremos que esta deliberação proposta pelo executivo, permitindo assim que eles possam assumir assim de forma genérica grandes opções do plano, fica a Assembleia reduzida a um papel informativo posterior. Será dado conhecimento ao órgão deliberativo e assim consideramos nós que será esvaziado completamente os poderes que esta Assembleia tem. Porque dar conhecimento não é o mesmo que deliberar, e informar depois não significa que consigamos fiscalizar, muito pelo contrário, e esta é uma exceção que com esta autorização prévia genérica quer ser transformada em regra, porque esta proposta é apresentada com o argumento da solidariedade administrativa, como disse e bem aqui o senhor deputado João Caetano não foi dado um único exemplo do investimento que se tenha perdido por não se ter esta autorização, e este argumento seria aceitável em situações excecionais e devidamente fundamentadas como, por exemplo terão agora certamente os autarcas do centro do país que têm de fazer investimentos agora em cima do joelho para reparar os problemas que vieram daquela catástrofe que se verificou, mas tudo pode ser previamente autorizado que este é o grande foco, então nada pode ser verdadeiramente escrutinado aqui por esta Assembleia e consideramos que a solidariedade administrativa não pode servir de um mero pretexto para reduzirmos este controlo democrático sob pena de se inverter a lógica da lei de compromissos que foi criada precisamente para se conseguir conter a despesa e evitarmos derrapagem e reforçarmos a responsabilidade financeira do executivo perante os seus munícipes, e este debate não corre no vazio, porque o município de Portimão apresenta riscos relevantes de desequilíbrio orçamental como já foi salientado quando estávamos a discutir o orçamento, já tenho compromissos plurianuais são elevados, tem provisões significativas para algumas rubricas e têm contratos de longa duração, alguns deles pouco transparentes e nesse contexto nós cremos que a resposta politicamente responsável não pode ser facilitar ainda mais a assunção de compromissos plurianuais por parte deste executivo, mas temos isso, sim, que reforçar o escrutínio e o detalhe e a exigência com fundamentação concreta por parte do executivo. Assim, esta Assembleia não pode abdicar do seu pedido deliberativo ainda para mais quando os sinais financeiros de eventuais desequilíbrios financeiros nos anos que daí advêm aconselham a uma prudência acrescida e a questão do sempre assim foi como até por aqui foi referido todos os anos até parece a mesma proposta, como refere à semelhança do que foi aprovado nos últimos anos, mas o costume não pode ser fundamento nem é argumento jurídico, nem político para continuarmos sempre a aprovar genericamente despesa que fica na mão do executivo. Se algo foi feito durante anos sem o devido escrutínio, isso não quer dizer que seja correto nem nós seremos o partido que permitirá que isso aconteça. O facto de termos essas práticas poderão eventualmente conduzir a práticas menos profissionais se repetirem no tempo, aliás é um problema estrutural na gestão autárquica deste país e não é por isso que vamos permitir que assim aconteça porque isso assim não é prática reiterada e queremos precisamente romper com essa inércia que



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



existe em algumas assembleias municipais e tentar ser uma força política que não se acomode e permite tudo o que seja. Nesse sentido, esta aprovação transferia para o município um cheque em branco e que nós, ainda que seja juridicamente enquadrado e possível, poderão vincular o município durante anos e quiçá poderão no futuro claudicar investimentos que possam ser necessários por ter sido feito uma despesa que não fosse justificado ou que não fosse, se viesse ao escrutínio desta Assembleia, que não fosse aprovada. Nesse sentido, nós se entendermos que estes compromissos devem ser apreciados com valor, com objeto e com impactos claros, a nossa bancada entende que não se pode dar um cheque em branco e a Assembleia deverá pronunciar-se sempre antes e nunca só ser meramente informada e esta transparência e controlo não cremos que são entraves à governação, mas são sim garantias de que a governação se mantém com qualidade e por todas essas razões nós votaremos contra esta proposta, porque não queremos banalizar a autorização genérica, não queremos esvaziar as competências deliberativas desta Assembleia nem reduzindo o escrutínio financeiro num contexto que exige exatamente o contrário. Por isso, este voto é a favor da transparência, a favor da responsabilidade financeira e a favor do papel desta Assembleia enquanto órgão efetivamente deliberativo e fiscalizador. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do CDS – PP **Mónica Elisa Pitman Dias**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que foi ali já amplamente discutido quais são os poderes desta Assembleia, mas que mesmo assim parece que ainda não está esclarecido. Somos um órgão fiscalizador e fiscalizar não é sinónimo de aprovar tudo, de forma a que o executivo tenha condições de governar. Fiscalizar não é dar votos de confiança, se calhar por terem existido esses votos de confiança é que o município tem a dívida que tem e que pior já teve. Defender os direitos dos portimonenses não é só ser a moletas e cadeirinhas de rodas para o executivo poder governar. É questionar, questionar e questionar, é para isso que estamos aqui todas as sessões para questionar e termos respostas do executivo. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer ao senhor Presidente que a senhora Vice-Presidente vai falar. Está bem? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Sandra Maria Duarte Pereira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a esta questão, o senhor deputado João Caetano pediu um exemplo, ela vai-lhe dar um muito prático, vai dar dois. Em dezembro, vieram a esta Assembleia dois processos, um relativo à V2 e o outro que não chegou ainda aqui, mas virá, dos bombeiros, e eu vou-lhe fazer uma pergunta. Sabe quanto tempo se perdeu? Perderam-se dois meses exatamente por isto, por não se ter essa autorização, porque na V2 houve necessidade de fazer uma reprogramação financeira e que se essa reprogramação financeira estivesse sobre a tutela da Câmara Municipal e aqui estamos a falar da própria Câmara Municipal, não se tinha perdido esses dois meses, porque obviamente não se perdia o tempo da marcação, de agendamento da reunião em Assembleia e o processo mais rapidamente tinha tido a reprogramação financeira que foi necessária. Para além disso, bombeiros. Estamos a falar de um contrato que é plurianual, que tem um contrato com a associação de



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



bombeiros de um milhão duzentos e oitenta e quatro mil euros por ano. Este contrato sofreu uma alteração orçamental no final do ano 2025 pelos valores obviamente e por nós termos autorização para encargos plurianuais terá que vir caso esta autorização não seja concedida hoje, terá que vir aqui. São ambos processos, tanto um como o outro são ambos processos que são fiscalizados inclusive pelo tribunal de contas, ou seja, nós estamos a «perder», porque obviamente se for assim o entendimento desta Assembleia que tenha que vir aqui, tem que vir o processo aqui pela via da alteração para um encargo plurianual e depois a seguir ainda vamos a tribunal de contas, porque isso obviamente também está na lei e iremos, sim, senhora. Não se está aqui a esvaziar competências de nenhuma entidade, porque se o próprio tribunal de contas também é fiscalizador e também o está a dar em ambos os processos que me pediram, que pediram exemplos, senhor deputado, agora vai-me ouvir, se não me leve a mal. Se pediram exemplos estou-vos a dar dois. Estes dois exemplos obviamente são situações estruturantes, uma delas envolve inclusive os bombeiros e estamos a falar que o processo tem que vir aqui e a seguir vai para tribunal de contas. O tribunal de contas por hábito, sabemos perfeitamente que com os esclarecimentos que eles pedem, perde-se um a dois meses, perde-se salvo seja, pois eles pedem esclarecimentos como é devido pela fiscalização que lhes compete e pelas competências que têm. Iremos fazer isso sempre que necessário e respondendo às perguntas, mas na verdade não estamos a falar aqui que se vá esvaziar, porque se fosse esvaziar significava que a seguir este órgão não tinha conhecimento daquilo que a Câmara está a fazer e obviamente os compromissos plurianuais como é do vosso conhecimento vai às reuniões de Câmara e provavelmente virá e virá na informação escrita do senhor Presidente sempre que é apresentado a este órgão. Por isso não estamos a esvaziar. -----

----- Quando se falou aqui de falta de transparência, ali para o senhor deputado João Martins, se calhar não tem noção, mas esta Câmara ao longo de um ano é auditada várias vezes quer pelo nosso revisor oficial de contas, quer pelas entidades externas que assim o exigem. Por isso, a falta de transparência até agora não estou a ver onde é que ela há, porque eu estou cá há um ano e posso-lhe dizer que ainda não vi nenhuma situação em que isso efetivamente nos tenha condicionado a transparência, a tal falta de transparência que o senhor deputado alega, pelos vistos nós temos tido as contas aprovadas quer aqui em reunião de Câmara, temos tido as reuniões publicadas na DGAL, por isso não estou a ver como é que há falta de transparência nas contas pelo menos de há um ano para cá e para trás também quero acreditar que também estavam auditadas. Disse, senhor Presidente, obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que queria um esclarecimento da mesa antes de fazer a intervenção, senhor Presidente. Eu queria que a mesa esclarecesse à Assembleia se há algum pedido por parte do executivo pendente para marcação de uma Assembleia Extraordinária para deliberação de qualquer um dos pontos que a senhora Vice-Presidente falou, que não tenha sido marcada a Assembleia obviamente para discussão desses pontos. -----



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, para dizer que não sabe. Eu sei que há algumas deliberações e outros aspetos que estão pendentes, no sentido em que vão surgir em próximas ou numa próxima reunião, como aliás o senhor deputado sabe, que isso foi referido, deixe-me só tentar responder naquilo que eu neste momento posso responder, e como sabe esta é uma reunião extraordinária, para as pessoas que não estão familiarizadas, numa reunião extraordinária nós não podemos passar os pontos para uma reunião seguinte e a urgência era exatamente o orçamento e foi isso, e é estes dois documentos que estão intimamente ligados ao orçamento e às grandes opções. Aliás, em reunião de Câmara eles também foram aprovados em conjunto e foram apresentados e discutidos em conjunto, porque estão orgânica e substancialmente interligados e, portanto, eu neste momento sei que há aspetos que estão e deliberações que estão à espera para avançar e teremos uma reunião preparatória como é habitual, mas neste momento eu não lhe posso dizer quais são os aspetos que estão à espera exatamente agora, muito menos em relação a nenhum desses aspetos em particular. Portanto, a minha resposta em relação a isso é, não sei neste momento, não tenho aqui a documentação, se o senhor deputado quiser utilizar esses como argumentos da sua posição política, terá toda a liberdade para fazer, mas realmente neste momento não tenho aqui essa informação. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, sim, agradeço o esclarecimento que o senhor Presidente deu. Ó senhora Vice-Presidente, pois é assim, os tais dois compromissos que a senhora invocou como exemplos relativamente à minha questão não são exemplos, ou são maus exemplos, porque não houve aqui nenhum atraso da Assembleia em reunir para discutir esses dois compromissos. Portanto, nem sabemos, enfim, num sentido ou noutro, nem sabemos se já estarão na Assembleia para aguardar deliberação e, portanto, é mau exemplo e a sua intervenção depois tem aqui outro problema, senhora Vice-Presidente, peço desculpa, mas tenho que lhe dizer. A senhora confundiu aí competências da Assembleia, do tribunal de contas, nós não temos competências fiscalizadoras em termos financeiros. Nós fazemos fiscalização de políticas, escrutínio político, é para isso que fomos eleitos e, portanto, eu gostava de saber e já não é a primeira vez que coloco aqui essa questão e ninguém me explicou ainda e eu tenho algumas limitações, portanto continuo sem perceber. Expliquem-me por favor, como é que se faz escrutínio político à posteriori, como é que se aprova uma despesa com implicações em dois orçamentos com base nesta autorização genérica e depois à posteriori se houver aqui algum vício, ou alguma irregularidade do ponto de vista político nós vamos fiscalizar à posteriori. Como é que isso se faz na prática? É que eu não sei como é que isso se faz, não há forma de fazê-lo e, portanto, invocar-se aqui a responsabilidade para sancionar esta proposta como se quem está contra fosse irresponsável e quisesse aqui travar a ação do executivo, manifestamente não é o caso, é subverter aqui a discussão e nós somos todos responsáveis aqui. Sendo responsáveis antes de mais, senhor Presidente, sabemos as competências que temos enquanto membros desta Assembleia. Aliás, o senhor Presidente no início desta Assembleia disse e bem que há separação de competências entre os



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



órgãos. Esta proposta configura uma apropriação de uma competência que é da Assembleia por parte do executivo e, portanto, nós não vamos sancioná-la. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, antes de mais, manifestar a minha satisfação pelo facto de consensualmente chegarmos à conclusão que não se está a pedir, a solicitar, melhor, o executivo não solicita nada que seja ilegal, é perfeitamente legal, aliás, já foi mencionado, o PSD na sua intervenção referiu isso e referiu também uma questão que é aqui muito importante, que é, eu não queria chamar hipocrisia, mas pronto vou utilizar o termo, é de uma hipocrisia extrema sob o ponto de vista político, defender o princípio de faz o que eu digo, mas não faças o que eu faço. Este comportamento, isto trata-se de um mecanismo, uma ferramenta da agilização de procedimentos que não esvaziam as competências da Assembleia e o passado assim o demonstra. Isto não é permitido, o 31 de janeiro que aqui é falado, eu oiço o senhor deputado, já ouvi aqui este discurso, pelo menos há cinco anos que eu oiço este discurso e a prova provada está aqui, nunca houve um comportamento ilegal, nunca houve uma intervenção de um comportamento, mais, mais, referia para reflexão que todos estes comportamentos têm uma aprovação prévia do executivo e em relação a isso e até esta deliberação, chamo a atenção que esta decisão foi votada em executivo e teve um voto contra, chamo a atenção do Chega, o Chega votou a favor desta decisão de, há um voto contra do Chega em três. Qual é, não, não é, isto é uma reflexão política de fundo. -----

----- Resumindo e concluindo, nós conhecemos e sabemos a que nível é que nós estamos de responsabilidade, é evidente que a nossa responsabilidade é concretizar um orçamento e evitar que existam bloqueios que permitam que os portimonenses não tenham aquilo que merecem e precisam no tempo adequado. Foram dados exemplos, portanto a não aprovação de uma medida desta natureza pode constituir um grave bloqueio ao exercício da atividade do executivo. Vejamos o que acontece na maioria dos municípios. É evidente que o CDS e o Chega se calhar não têm os dedos de uma mão no número de municípios e se calhar, não tenho a certeza daquilo que estou a dizer, mas tenho a certeza em relação à maioria dos municípios, a maioria dos municípios utiliza este mecanismo para a sua gestão normal, porque têm responsabilidades, têm a noção exata daquilo que é responder atempadamente às necessidades de gestão do município e por isso adotam este mecanismo de gestão, mas repito, fico muito descansado porque não é ilegal e merece e tem merecido desde sempre a aprovação dos partidos que representam a maioria dos portimonenses. Tenho dito, e vai merecer a nossa aprovação. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, é só para dar aqui dois esclarecimentos ao senhor deputado Joaquim Paulino. Primeiro esclarecimento, eu registo, o senhor falou em pode, pode constituir a ausência da autorização, pode constituir um entrave. Pode ou não. Não havendo autorização genérica pode não haver entrave nenhum também, lá está porque não há exemplo nenhum do passado que nos diga que houve aqui um bloqueio na Assembleia quando era necessário uma deliberação urgente para fazer face a uma situação dessas, que



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



não existe nenhum caso e, portanto, é devolver aqui um argumento, pode não ser um atraso, senhor deputado a não ser que o senhor me indique um e eu fico a aguardar que me indique. -----

----- Depois, um esclarecimento, o senhor não sabe, eu vou-lhe dizer, o CDS neste momento tem sete autarquias no país, o continente, região autónoma da Madeira e dos Açores, são as que são, senhor deputado são as que são, enfim, não sei quantos dedos é que o senhor tem numa mão eu tenho cinco, portanto uma mão não chega, não é, as do Chega não sei quantas são nem me interessa. Agora, o senhor invoca isso como argumento e invoca a votação na Câmara, ó senhor deputado, isso é um argumento um bocadinho fraco, quer dizer, vamos lá ver, a substância da proposta é que conta, não é a votação que esteve na reunião de Câmara, é a substância e a substância é essa. O senhor diz que pode, não há exemplos. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, deixe-me só dar uma nota muito breve, porque... este é um valor que já está nas grandes opções do plano e que o valor não pode ser excedido, portanto o valor já lá está e é aprovado nesta Assembleia. Tenho dito, senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, uma observação que me parece oportuna, tanto mais que tivemos essa informação do executivo e que constitui também uma informação importante naquilo que é o princípio que cada vez mais se pretende que é o princípio da transparência. Certamente que estes contratos e essas obras vão figurar no portal da transparência, todos nós vamos ter oportunidade de uma forma aberta, transparente e clara de consultar tudo isto. Portanto, isto é legal, é um mecanismo? Não, não quis fazer nenhum aparte na sua intervenção, porque percebi perfeitamente que atendendo à vossa postura sistemática de reprovação das medidas que são propostas, senão observemos que noventa por cento das propostas aqui apresentadas são reprovadas pelo Chega e pelo CDS, compreendo perfeitamente até que ponto é que vai o vosso compromisso com a resposta às necessidades quotidianas dos portimonenses. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **João Pedro Mendes Baía Nunes Martins**, só para responder ao senhor deputado do Partido Socialista que isso é falso. Aprovámos uma série de medidas propostas por este executivo. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, submeteu à votação o **Ponto 2-c)** Discussão e Votação da Proposta da Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 67/26**, tendo obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	CHEGA	PPD/PSD	Iniciativa Liberal	CDS - PP	Coligação "Unidos Por Portimão"	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	0	4	0	0	0	18
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS CONTRA	0	7	0	1	2	1	11
-----------------	---	---	---	---	---	---	----

-----**Foi aprovada, por maioria,** a Proposta da Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº 67/26.** -----

----- Não esteve presente a Senhora Deputada Municipal da Bancada do Chega, Ana Paula Lamy Marques.-----

----- **No Seguimento desta votação, a bancada do PSD, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «A bancada do PSD vota favoravelmente a presente proposta

por entender que este mecanismo transcende o mero trâmite burocrático, afirmando-se como uma ferramenta vital para a execução de projetos estruturantes em Portimão. A nossa posição fundamenta-se, acima de tudo, num sentido de responsabilidade e governabilidade; recusamos o papel de força de bloqueio ou de protesto estéril, optando por garantir ao executivo as condições necessárias para que o concelho avance sem entraves administrativos durante o presente ano. Ao fazê-lo, colocamos o superior interesse de quem vive e trabalha em Portimão acima de quaisquer táticas partidárias, pois acreditamos que uma democracia saudável se constrói na recuperação da confiança institucional e na rejeição de estratégias baseadas na maledicência. --É importante sublinhar que a experiência de anos anteriores tem demonstrado que o requerimento desta autorização prévia por parte do município não tem comprometido a clareza da gestão pública. Pelo contrário, a prática tem provado que a celeridade procedimental pode coexistir perfeitamente com o rigor, não tendo faltado transparência no histórico recente da autarquia. Da mesma forma, o poder fiscalizador desta Assembleia Municipal permanece intacto e vigilante; a delegação desta competência não configura um cheque em branco, mas sim um voto de confiança que exige, em contrapartida, uma prestação de contas imaculada e detalhada. -----

Em suma, o PSD viabiliza esta proposta com o intuito de construir e não de destruir. Contudo, manteremos o máximo rigor na monitorização dos atos do executivo. No final do ano, caberá a esta bancada avaliar se esta autonomia resultou em melhorias tangíveis para a vida dos cidadãos ou se foi apenas um instrumento de gestão desprovido de visão estratégica, garantindo que a flexibilidade agora concedida seja correspondida com a máxima responsabilidade.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, para dizer que antes de terminar a reunião e não pretendendo esta Assembleia concorrer com o excelente festival literário que são as correntes de escrita, mas nós iniciámos neste mandato aquilo que eu designaria como correntes de leitura e eu vou dar a palavra ao senhor deputado Artur Fonseca, porque de acordo com a metodologia que nós acordámos vai dizer-nos qual foi a bancada a quem solicitou que hoje para terminarmos em beleza esta sessão fizesse a sua sugestão literária. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada da Iniciativa Liberal **Artur Jorge Moreira da Fonseca**, para dizer que a deputada que foi convidada e que gentilmente aceitou o repto é a excelentíssima deputada Lucinda Caetano, a quem passo a palavra. -----



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, muito bem, vamos ouvir então qual é a sugestão literária, qual é o livro sugerido pela senhora deputada Lucinda Caetano. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada Coligação "Unidos por Portimão" **Lucinda Oliveira Caetano**, agradeço o convite, apesar de ter sido assim repentino, mas obrigada. O livro escolhido foi o «1984» de George Orwell e, na verdade, este livro como acho que quase todos aqui já devem ter lido, faz parte da famosa trilogia de livros icónicos de futuros tópicos como o admirável mundo novo e o *Fahrenheit 451* que até há um filme sobre isso e que na verdade entre todos esses livros eles têm as raízes no contexto internacional da ascensão de Hitler, das duas viagens mundiais, dos regimes totalitários na Europa e na União Soviética, na Guerra Fria e este livro ele acaba por, todos eles são proféticos, mas este eu acho que é o mais intenso, porque de facto ele coloca o contexto numa sociedade totalitária, cujo líder é o Big Brother e que consegue dominar completamente pelo medo, inclusive o pensamento das pessoas e faz isso de uma forma, mudando a história, ou seja, vai mudando a história, usando mecanismos como o duplo pensar e a nova língua, que é uma forma de conseguir juntar duas situações contraditórias como se fossem as duas verdades. O lema deles era guerra e paz, liberdade e escravidão, ignorância e a força. E quando se aceitam as duas como verdade, acabamos por perder o referencial e depois a nova língua o que faz é tirar todas as palavras consideradas perigosas como a liberdade, a crítica, a individualidade e aos poucos o próprio pensamento das pessoas acaba por ser completamente cerceado e controlado pelo poder, e no fundo nós acabamos por ver um pouco disso nos dias atuais quando nós estamos sujeitos à vigilância digital, à desinformação, à manipulação mediática e no fundo esses livros acabam por ser um grito de alerta, ou seja, eu acho que só realmente usando a nossa cidadania plena e a identidade que nos faz pertencer a uma comunidade que criasse vínculos de coesão social é que conseguiríamos manter essa liberdade de pensamento pelo menos para os leitores. Obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, muito obrigado senhora deputada, pela minha parte é uma excelente sugestão, infelizmente não tanto de ficção como nós preferíamos, porque realmente como disse os tempos atuais parecem perigosamente semelhantes a muito do que é registado, mas o senhor deputado João Caetano, agora não vamos fazer aqui um debate literário, é uma excelente ideia para depois, mas pediu-me que fizesse... -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do CDS – PP **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só para fazer um agradecimento à senhora deputada Lucinda Caetano pela sugestão, enfim, neste caso releitura e com amizade e simpatia para dizer o seguinte. João Vasconcelos *is watching you*. Era só isto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, muito obrigada a todos, está encerrada a reunião. -----



# MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram zero horas e doze minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café** deu por concluída a 2ª Sessão Extraordinária de dois mil e vinte e seis, realizada no dia dois de fevereiro, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

-----De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. -----

-----E eu, Telma Maria Nunes Matias \_\_\_\_\_ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

### **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**

\_\_\_\_\_  
(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)

### **1ª Secretário da Mesa da Assembleia Municipal**

\_\_\_\_\_  
(Andreia Filipa Muchacho de Sousa)

### **2º Secretária da Mesa da Assembleia Municipal**

\_\_\_\_\_  
(José Júlio de Jesus Ferreira)